

# NA·COLÔNIA·PENAL



# КАТКА



Um romance

*de*

**FRANZ**

**KAFKA**

Ilustrações

*por*

**LOURENÇO**

**MUTARELLI**

Tradução

*de*

**PETÊ**

**RISSATTI**

|                                      |                                         |
|--------------------------------------|-----------------------------------------|
| <i>Coordenação editorial . . . .</i> | <b>BÁRBARA PRINCE</b>                   |
| <i>Assistente editorial . . . .</i>  | <b>VICTORIA REBELLO</b>                 |
| <i>Preparação . . . . .</i>          | <b>MATEUS DUQUE ERTHAL</b>              |
| <i>Revisão técnica . . . . .</i>     | <b>MÁRCIO SELIGMANN-SILVA</b>           |
| <i>Revisão . . . . .</i>             | <b>RENATO RITTO TÁSSIA<br/>CARVALHO</b> |
| <i>Diagramação . . . . .</i>         | <b>LEONARDO ORTIZ</b>                   |
| <i>Projeto gráfico . . . . .</i>     | <b>GIOVANNA CIANELLI</b>                |
| <i>Capa . . . . .</i>                | <b>PEDRO INOUE</b>                      |

.

*Textos de*  
**IVAN MIZANZUK**  
**LENIO STRECK**  
**CELESTE RIBEIRO DE SOUSA**  
**MÁRCIO SELIGMANN-SILVA**

*Esta edição peculiar foi honrada por*

**DANIEL LAMEIRA**  
**LUCIANA FRACCHETTA**  
**RAFAEL DRUMMOND**

**&**

**SERGIO DRUMMOND**



NA  
COLÔNIA  
PENAL

KAFKA

ANTOFÁGICA

# APRESENTAÇÃO

*por Ivan Mizanzuk*

Entre os mais antigos, há uma cruel anedota acerca da punição física: “eu não sei por que estou te batendo, mas você sabe por que está apanhando”. Em Kafka, essa (i)lógica é invertida: “eu sei por que estou te batendo; você não precisa saber”.

Kafka morreu quando completou quarenta anos e onze meses. Pouco antes de partir, o autor tcheco fez um pedido a seu amigo Max Brod: “queime tudo o que escrevi”. O amigo decidiu não realizar esse último desejo e, graças a sua desobediência, ganhamos não apenas um dos maiores tesouros da literatura mundial, mas também um adjetivo: kafkiano.

São poucos os autores que se elevam a esse status de adjetivável. Dante rebatizou visões infernais como “dantescas”. Orwell imaginou governos totalitários de vigilância constante e hoje eles são chamados de “orwellianos”. Já Kafka foi capaz de dar nome a uma das maiores heranças da modernidade: à medida que os sistemas de relações humanas tornam-se mais complexos, as soluções para nossos temores tornam-se mais abstratas e burocráticas, a ponto de serem incompreensíveis. O resultado é um sentimento de puro absurdo. Isso é kafkiano.

Num mundo em que nos acostumamos a chamar carros e pedir comida por aplicativos de celular, enquanto recebemos notícias falsas massivamente, Kafka torna-se cada vez mais relevante. Para quem devemos reclamar quando vemos o vizinho não imunizar os filhos porque recebeu uma informação de que vacinas causam autismo? E o que esses aplicativos de carros estão fazendo com nossos dados? Como os algoritmos das redes sociais estão nos classificando? Para quem perguntamos isso tudo?

Em *Na colônia penal*, o autor trabalha com aquele que talvez seja seu tema predileto: a forma como os operadores da Lei exercem suas habilidades de tornar o mundo cruel, controlado e abstrato demais àqueles que não conhecem seu vocabulário. No caso desta novela, o castigo físico torna-se a materialização de enigmáticas diretrizes que algum dia foram legitimadas

por qualquer um – menos por aquele que as sofre. Este é quase um axioma da bibliografia de Kafka: você só pode sofrer por algo que não entende. O fato de o autor ter se formado em Direito e, em sua breve existência, ter trabalhado numa companhia de seguros pode nos fornecer uma pista para essa sua assinatura. Mas só estou tentando buscar sentido e significado em algo que talvez não queira ter essas qualidades. O certo aqui é olhar para o buraco e deixar-se ser engolido pela escuridão. Nem todos têm o privilégio de enxergar no escuro.

É famosa a história de que, enquanto lia trechos de seus livros absurdos para amigos, Kafka gargalhava. Quando os sistemas tornam-se complexos demais para ser compreendidos, quando nos sentimos esmagados por eles, quando não sabemos sequer para quem pedir ajuda, só o riso é possível. Quando tudo torna-se absurdo, a obra de Kafka nos ensina a rir.

Kafka foi talvez o primeiro autor que me fez entender como o estilo de escrita e as palavras podem trazer subtextos. Eu tinha 22 anos quando li *A metamorfose*, seu livro mais famoso (aquele da barata que nunca é chamada de barata). E o que mais me marcou não foi o desespero de Gregor Samsa acordar e ver-se “metamorfoseado em um inseto monstruoso”. O que me chocou foi como os personagens nunca protagonizam a ação, mas sim, as coisas acontecem a eles. É a mesma sensação passada pelos eventos em *Na colônia penal*. É um texto que sufoca.

Sensação similar eu tive anos depois, quando conheci o trabalho de Lourenço Mutarelli. Talvez o mais importante autor da chamada literatura transgressora nacional, produzindo quadrinhos no cenário brasileiro *underground* desde a década de 1980, revelou-se nos anos 2000 um grande escritor de literatura, que me deixou sem ar com o seu hipnótico *A arte de produzir efeito sem causa*. Ter em mãos uma obra de Kafka com suas ilustrações é um privilégio maldito. Somos sortudos.

Talvez, em um mundo kafkiano, Max Brod fosse punido, acusado de alguma lei que sequer conhecia, de algum departamento de que ninguém ouviu falar, responsável pelos últimos desejos dos mortos. Em sua defesa, ele dizia que se Kafka realmente quisesse sua obra queimada, teria feito o pedido a outra pessoa.

Ao publicar a obra do amigo postumamente, indo contra o pedido de um moribundo, Brod violou um dos mais sagrados laços humanos: o respeito ao último desejo. Independentemente das intenções e consequências, agiu, e agiu por conta própria.

E isso é outra coisa que Kafka nos ensina: alguns sacrifícios podem valer a pena, especialmente se motivados pelo egoísmo.

**IVAN MIZANZUK** é doutor em Tecnologia pela UTFPR, professor de História da Arte em Curitiba e produtor dos podcasts AntiCast e Projeto Humanos.

# SUMÁRIO

1. [FOLHA DE ROSTO](#)
2. [APRESENTAÇÃO](#)
3. [SUMÁRIO](#)
4. [INICIAR A LEITURA](#)
5. [O PROCESSO CIVILIZADOR NA ESTRANHA ILHA DA BARBÁRIE](#)
6. [O MUNDO DOS FATOS POR TRÁS DA NARRATIVA NA COLÔNIA PENAL](#)
7. [AS MÁQUINAS JURÍDICA, LITERÁRIA E SEXUAL EM NA COLÔNIA PENAL DE KAFKA](#)
8. [Referências bibliográficas](#)
9. [PÁGINA DE DIREITOS AUTORAIS](#)
10. [PARE DE ENCARAR...](#)
11. [Esta edição foi transcrita...](#)

1. [1](#)
2. [2](#)
3. [3](#)
4. [4](#)
5. [5](#)
6. [6](#)
7. [7](#)
8. [8](#)
9. [9](#)
10. [10](#)
11. [11](#)
12. [12](#)
13. [13](#)
14. [14](#)
15. [15](#)
16. [18](#)

17. [19](#)
18. [16](#)
19. [17](#)
20. [20](#)
21. [21](#)
22. [22](#)
23. [23](#)
24. [24](#)
25. [25](#)
26. [26](#)
27. [27](#)
28. [28](#)
29. [29](#)
30. [30](#)
31. [31](#)
32. [34](#)
33. [32](#)
34. [33](#)
35. [35](#)
36. [36](#)
37. [37](#)
38. [38](#)
39. [39](#)
40. [40](#)
41. [41](#)
42. [42](#)
43. [43](#)
44. [44](#)
45. [45](#)
46. [46](#)
47. [47](#)
48. [48](#)
49. [49](#)
50. [50](#)
51. [51](#)
52. [52](#)
53. [53](#)

- 54. [54](#)
- 55. [55](#)
- 56. [56](#)
- 57. [57](#)
- 58. [58](#)
- 59. [59](#)
- 60. [62](#)
- 61. [63](#)
- 62. [61](#)
- 63. [60](#)
- 64. [64](#)
- 65. [65](#)
- 66. [68](#)
- 67. [66](#)
- 68. [67](#)
- 69. [69](#)
- 70. [70](#)
- 71. [71](#)
- 72. [72](#)
- 73. [73](#)
- 74. [74](#)
- 75. [75](#)
- 76. [76](#)
- 77. [77](#)
- 78. [80](#)
- 79. [78](#)
- 80. [79](#)
- 81. [81](#)
- 82. [84](#)
- 83. [85](#)
- 84. [86](#)
- 85. [87](#)
- 86. [82](#)
- 87. [83](#)
- 88. [88](#)
- 89. [89](#)
- 90. [90](#)

91. [91](#)
92. [94](#)
93. [95](#)
94. [96](#)
95. [97](#)
96. [98](#)
97. [92](#)
98. [93](#)
99. [99](#)
100. [100](#)
101. [101](#)
102. [102](#)
103. [103](#)
104. [104](#)
105. [105](#)
106. [108](#)
107. [106](#)
108. [107](#)
109. [109](#)
110. [110](#)
111. [111](#)
112. [114](#)
113. [112](#)
114. [113](#)
115. [115](#)
116. [116](#)
117. [117](#)
118. [118](#)
119. [119](#)
120. [120](#)
121. [121](#)
122. [124](#)
123. [122](#)
124. [123](#)
125. [125](#)
126. [126](#)
127. [127](#)

128. [128](#)
129. [129](#)
130. [130](#)
131. [131](#)
132. [132](#)
133. [133](#)
134. [134](#)
135. [135](#)
136. [136](#)
137. [137](#)
138. [138](#)
139. [139](#)
140. [140](#)
141. [141](#)
142. [142](#)
143. [143](#)
144. [144](#)
145. [145](#)
146. [146](#)
147. [147](#)
148. [148](#)
149. [149](#)
150. [150](#)
151. [151](#)
152. [152](#)
153. [153](#)
154. [154](#)
155. [155](#)
156. [156](#)
157. [157](#)
158. [158](#)
159. [159](#)
160. [160](#)
161. [161](#)
162. [162](#)
163. [163](#)
164. [164](#)

165. [165](#)  
166. [166](#)  
167. [167](#)  
168. [168](#)  
169. [169](#)  
170. [170](#)  
171. [171](#)  
172. [172](#)  
173. [173](#)  
174. [174](#)  
175. [175](#)  
176. [176](#)  
177. [177](#)  
178. [178](#)  
179. [179](#)  
180. [180](#)  
181. [181](#)  
182. [182](#)  
183. [183](#)  
184. [184](#)  
185. [185](#)  
186. [186](#)  
187. [187](#)  
188. [188](#)  
189. [189](#)  
190. [190](#)  
191. [191](#)  
192. [192](#)  
193. [193](#)  
194. [194](#)  
195. [195](#)  
196. [196](#)  
197. [197](#)  
198. [198](#)  
199. [199](#)  
200. [200](#)  
201. [201](#)

- 202. [202](#)
- 203. [203](#)
- 204. [204](#)
- 205. [205](#)
- 206. [206](#)
- 207. [207](#)
- 208. [208](#)
- 209. [209](#)
- 210. [210](#)
- 211. [211](#)
- 212. [212](#)
- 213. [213](#)
- 214. [214](#)
- 215. [215](#)
- 216. [216](#)

— É um aparelho peculiar — disse o oficial ao viajante explorador, examinando com um olhar um tanto admirado o aparelho que, no entanto, já lhe era bem conhecido. O viajante parecia ter aceitado apenas por educação o convite do comandante, que o incentivara a acompanhar a execução de um soldado que havia sido condenado por desobediência e ofensa a um superior. Mesmo na colônia penal, o interesse pela execução não era muito grande. Ao menos ali, no vale pequeno, profundo, arenoso e cercado por escarpas nuas, além do oficial e do viajante, estavam presentes apenas o condenado, um homem aparvalhado de boca larga, cabelo e rosto bagunçados, e um soldado que segurava a pesada corrente na qual se prendiam as correntes menores, com as quais o condenado estava aferrado nos tornozelos, nos pulsos e também no pescoço, e que também se uniam por outros elos. Além disso, o condenado parecia entregue de forma tão canina que a impressão era a de que seria possível deixá-lo perambular livremente pelas encostas e bastaria assobiar no início da execução para que ele viesse.

**— É um aparelho peculiar.**



O viajante dava pouca importância ao aparelho e caminhava de um lado para o outro atrás do condenado, com indiferença quase visível, enquanto o oficial cuidava dos últimos preparativos, ora rastejando sob o aparelho cravado fundo na terra, ora subindo por uma escada para verificar as peças superiores. Seria possível deixar esses trabalhos a cargo de um mecânico, mas o oficial os realizava com grande entusiasmo, ou porque era um defensor especial do aparelho ou porque, por outros motivos, não conseguia confiar o trabalho a mais ninguém.

— Agora está tudo pronto! — por fim exclamou ele, descendo então pela escada. Estava imensamente exausto, respirava de boca aberta e tinha enfiado dois delicados lenços femininos na gola da farda.

— Ora, essas fardas são pesadas demais para os trópicos — comentou o viajante, em vez de querer saber, como esperava o oficial, sobre o aparelho.

— Decerto — confirmou o oficial, lavando as mãos sujas de óleo e graxa em um balde de água já a postos —, mas simbolizam a pátria, e não queremos perder a pátria... Agora, veja a máquina — acrescentou ele de pronto. Em seguida, enxugou as mãos com um lenço e apontou, ao mesmo tempo, para o aparelho. — Até aqui ainda foi necessário um trabalho manual, mas a partir de agora o aparelho trabalha de forma totalmente autônoma.

O viajante meneou a cabeça e seguiu o oficial. Este buscou garantir que não haveria nenhum contratempo, dizendo:

— Claro que perturbações acontecem. Espero que hoje não surja nenhuma, mas sempre se deve contar com elas. O aparelho deve ficar em funcionamento por doze horas ininterruptas. Porém, se perturbações acontecerem, serão muito pequenas e sanadas imediatamente. O senhor não quer se sentar? — perguntou finalmente, puxando uma cadeira de palha de uma pilha e oferecendo-a ao viajante, que não foi capaz de recusar. Ele estava agora sentado à beira de um fosso, ao qual lançou um olhar fugaz. Não era muito fundo. De um lado do fosso, a terra escavada se empilhava em um talude, do outro lado ficava o aparelho. — Não sei se o comandante já explicou o aparelho ao senhor.

O viajante fez um aceno vago com a mão; o oficial não esperava nada melhor que aquilo, pois assim podia ele mesmo explicar o aparelho.

**— Claro que perturbações acontecem.**



— Este aparelho — disse, segurando a manivela na qual se apoiava — é uma invenção de nosso antigo comandante. Cheguei a colaborar nas primeiríssimas tentativas e também participei de todos os trabalhos até a finalização. Mas o mérito todo da invenção é apenas dele. Já ouviu falar de nosso antigo comandante? Não? Ora, não é exagero meu quando digo que a construção de toda a colônia penal é obra dele. Nós, seus amigos, já sabíamos, quando de sua morte, que a organização da colônia é tão fechada em si mesma que seu sucessor, ainda que tivesse milhares de planos na cabeça, não poderia mudar nada do que há de antigo, ao menos por muitos anos. Nossa previsão se mostrou acertada, e o novo comandante precisou reconhecer isso. Pena que o senhor não conheceu o antigo comandante!

Mas — o oficial interrompeu a si próprio — estou tagarelando, e o aparelho dele está aqui, diante de nós. Como o senhor vê, o aparelho é composto de três partes. Com o passar do tempo, foram criadas denominações um tanto populares para cada uma delas. A inferior chama-se cama, a superior chama-se desenhador, e aqui, no meio, a parte suspensa se chama rastelo.



— Rastelo? — perguntou o viajante.

Ele não ouvira com muita atenção, o sol forte demais se emaranhava no vale sem sombras, era difícil reunir os pensamentos.

E por isso lhe pareceu ainda mais digno de surpresa que o oficial, vestido em sua farda justa, adequada a um desfile, carregada de dragonas e drapeada por cordões, desse aquelas explicações com tanto fervor e que, além disso, enquanto falava, usasse uma chave de fenda para apertar um parafuso aqui e ali. O soldado parecia estar em situação similar à do viajante. Tinha enrolado os dois pulsos nas correntes do condenado e apoiava-se com uma das mãos em seu fuzil, deixando a cabeça pender para trás, sem se preocupar com

nada. O viajante não se surpreendeu, pois o oficial falava francês, e certamente nem o soldado, tampouco o condenado, compreendiam a língua. Por isso chamava ainda mais atenção que, mesmo assim, o condenado se esforçasse para acompanhar as explicações do oficial. Com uma espécie de teimosia sonolenta, ele sempre voltava o olhar para onde o oficial apontava, e quando este foi interrompido por uma pergunta, ele também voltou o olhar, bem como o oficial, na direção do viajante.

— Sim, rastelo — disse o oficial —, o nome faz sentido. As agulhas são organizadas como as pontas de um rastelo, e também o conjunto todo é conduzido como um rastelo, ainda que no mesmo lugar e de forma muito mais hábil. Aliás, logo o senhor vai entender. Aqui, na cama, o condenado é disposto. Vou primeiro descrever o aparelho e somente depois aciono o procedimento. Assim o senhor poderá acompanhar melhor. Além disso, há uma engrenagem bastante gasta no desenhador, ela range muito quando está em funcionamento, mal dá para ouvir as pessoas. Infelizmente, peças de reposição são difíceis de arranjar por aqui. Então, como eu dizia, aqui fica a cama. É totalmente coberta por uma camada de algodão, cujo objetivo o senhor logo vai conhecer. O condenado é deitado de bruços sobre esse algodão, obviamente nu; aqui ficam as correias para prendê-lo pelas mãos, aqui pelos pés, aqui pelo pescoço. Aqui, na cabeceira da cama, onde o homem, como eu disse, apoia primeiro o rosto, há um pequeno tampão de feltro, que pode ser facilmente regulado, de forma que se enfie exatamente na boca do homem. Tem o objetivo de evitar que o condenado grite e morda a língua. Claro que o homem precisa aceitar o feltro, pois, do contrário, as correias quebram seu pescoço.

— Isso é algodão? — questionou o viajante, curvando-se.

— Sim, claro — disse o oficial, sorrindo —, sinta o senhor mesmo.

Ele pegou a mão do viajante e levou-a sobre a cama.

— É um algodão especialmente preparado, por isso é tão irreconhecível; ainda vou falar sobre sua finalidade.

O viajante já estava um pouco convencido pelo aparelho; a mão protegia os olhos do sol, ele erguia a vista para o equipamento. Era uma construção grande. A cama e o desenhador tinham o mesmo tamanho e pareciam duas arcas escuras. O desenhador ficava instalado cerca de dois metros acima da cama; os dois eram ligados nos cantos por quatro traves de latão, que refletiam os raios de sol. Entre as arcas, pairava o rastelo em uma faixa de aço.

O oficial mal havia percebido a indiferença anterior do viajante, mas agora se dava conta de seu interesse incipiente; por isso, interrompeu a explicação, dando tempo para que o viajante observasse tudo sem perturbações. O condenado imitava o viajante; como não podia pousar a mão sobre os olhos, voltou-os para o alto às piscadelas.

— Então, o homem fica deitado assim — disse o viajante, recostando-se na cadeira e cruzando as pernas.

— Isso — disse o oficial, empurrando um pouco o quepe para trás e correndo a mão sobre o rosto afogueado. — Agora, ouça bem! Tanto a cama como o desenhador têm uma bateria elétrica própria. A cama precisa dela para si mesma; o desenhador, para o rastelo. Assim que o homem é amarrado, a cama se põe em movimento. Ela treme em sacudidelas muito rápidas para os lados, para cima e para baixo ao mesmo tempo. O senhor deve ter visto aparelhos semelhantes em instituições hospitalares; só que em nossa cama todos os movimentos são calculados com exatidão, precisam realmente estar em harmonia escrupulosa com os movimentos do rastelo. Porém, cabe ao rastelo a execução real da sentença.

— Qual é a sentença? — questionou o viajante.

— O senhor não sabe nem qual é a sentença? — O oficial devolveu a pergunta, surpreso, e mordeu os lábios. — Perdão se talvez minhas explicações sejam desordenadas, peço-lhe mil desculpas. Na verdade, antigamente o comandante é quem dava as explicações, mas o novo comandante se furtou desse dever honroso. No entanto, é uma novidade que a uma visita tão ilustre... — o viajante tentou rechaçar o elogio com um movimento de mãos, mas o oficial insistiu na expressão — que a uma visita tão ilustre ele não tenha nem mesmo esclarecido o teor de nossa sentença, que... — Ele tinha um impropério na ponta da língua, mas se conteve e disse apenas: — Disso não fui notificado, por isso não tenho culpa. Mas, de qualquer forma, estou mais que apto a explicar nossos tipos de sentença, pois carrego aqui — ele deu um tapinha no bolso da camisa — os desenhos correspondentes, feitos à mão pelo antigo comandante.

**— Qual é a sentença? questionou o  
viajante.**



— Desenhos à mão do próprio comandante? — perguntou o viajante.  
— Então ele concentrava todas as funções em si? Era soldado, juiz, construtor, químico, projetista?

— Isso mesmo — disse o oficial, meneando a cabeça com olhar fixo, pensativo. Em seguida, examinou as mãos; não pareciam estar limpas o bastante para pegar os desenhos, e, por isso, ele foi até o balde e as lavou novamente. Então, puxou uma pequena carteira de couro e disse: — Nossa sentença não parece severa. O mandamento que o condenado infringiu será inscrito em seu corpo com o rastelo. Por exemplo, para este condenado — o oficial apontou para o homem — será escrito no corpo: “Honre seus superiores!”.

**“Honre seus superiores!”**



O viajante olhou de forma fugidia para o homem; enquanto o oficial apontava o condenado, este manteve a cabeça abaixada e pareceu empregar todas as forças da audição para compreender alguma coisa. Mas os movimentos de seus lábios grossos e apertados mostravam com clareza que ele não conseguia compreender nada. O viajante queria perguntar algo diferente, mas apenas questionou, ao olhar o homem:

— Ele sabe qual é a sentença?

— Não — respondeu o oficial. E quis, de pronto, continuar suas explicações, mas o viajante o interrompeu:

— Ele não sabe qual é a própria sentença?

— Não — repetiu o oficial. Parou por um momento, como se exigisse um fundamento mais específico da pergunta do viajante, e, então, disse: — Seria inútil anunciá-la. Ele a sentirá na carne.

O viajante quis se calar, mas sentiu que o condenado voltava o olhar para ele, parecendo perguntar se ele endossava o processo descrito. Por isso, o viajante se curvou para a frente de novo, pois já havia recuado, e voltou a perguntar:

— Mas ele ao menos soube que foi condenado?

— Também não — disse o oficial. Ele sorriu para o viajante, como se esperasse dele mais alguma observação peculiar.

— Não — repetiu o viajante, passando a mão pela testa —, então o homem tampouco sabe como sua defesa foi feita?

— Ele não teve a oportunidade de se defender — comentou o oficial e olhou para o lado, como se falasse para si mesmo e não quisesse envergonhar o outro por ter que explicar coisas tão óbvias.

— Mas ele deveria ter tido a oportunidade de se defender — disse o viajante, levantando-se da cadeira.

O oficial percebeu o perigo iminente de ser interrompido por muito tempo em sua explicação do aparelho, por isso se aproximou do viajante, enganchou seu braço no dele, apontou com a outra mão para o condenado, que agora, com a atenção alheia tão obviamente voltada para si, ficou tenso — o soldado também tensionou a corrente —, e disse:

— A questão é a seguinte. Fui nomeado juiz daqui da colônia penal, apesar de minha pouca idade, pois fiquei ao lado do antigo comandante em todas as questões penais e sou quem melhor conhece o aparelho. O axioma segundo o qual decido é: a culpa é sempre indubitável. Outros tribunais podem não seguir esse princípio, pois são compostos de muitas cabeças e

também têm instâncias superiores. O que não é o caso aqui, ou não era, ao menos sob a batuta do antigo comandante. O novo se mostrou disposto a se intrometer em meu tribunal, mas até agora consegui rechaçá-lo, e assim vou continuar... O senhor queria uma explicação para esse caso, e ele é simples assim, como todos. Hoje pela manhã um capitão apresentou a denúncia de que este homem, que lhe fora designado como ordenança e que dorme diante de sua porta, dormiu além da conta durante o serviço.





**A culpa é sempre indubitável.**



Na realidade, ele tinha a obrigação de se levantar a cada batida da hora e prestar continência diante da porta do capitão. Certamente não é um dever difícil, mas é necessário, pois ele deveria se manter alerta tanto para vigiar como para servir. Na noite passada, o capitão quis verificar se o ordenança cumpria seu dever. Ele abriu a porta na batida das duas e encontrou-o dormindo, encolhido. Ele pegou o chicote de montaria e bateu em seu rosto. Em vez de se levantar de pronto e pedir perdão, o homem agarrou seu superior pelas pernas, sacudiu-o e gritou: “Jogue o chicote fora ou eu devoro você!”. Esses são os fatos. O capitão me procurou uma hora atrás, eu registrei sua denúncia e, em seguida, lavrei a sentença. Então, ordenei que o homem fosse acorrentado. Foi tudo muito fácil. Se eu tivesse convocado o homem e o interrogado, só causaria confusão. Teria mentido, e, se eu tivesse sucesso em desmenti-lo, ele teria substituído essas por novas mentiras e assim por diante. Mas agora eu o tenho preso e não o solto mais. Tudo esclarecido? O tempo está passando, a execução já deveria ter começado, e eu não terminei a explicação do aparelho. — Ele fez com que o viajante se sentasse na cadeira, voltou a se aproximar do aparelho e começou a falar: — Como o senhor está vendo, o rastelo corresponde ao formato do ser humano; aqui fica o rastelo para o tronco, aqui os rastelos para as pernas. Para a cabeça está destinada apenas esta pequena goiva. Está claro para o senhor?

Ele se curvou de forma amistosa na direção do viajante, pronto para explicações mais abrangentes.



**“Jogue o chicote fora ou eu devoro  
você!”**



O viajante olhou o rastelo franzindo a testa. As informações sobre o processo jurídico não o deixaram satisfeito. No fim das contas, ele precisou se lembrar de que ali era uma colônia penal, de que ali medidas especiais eram necessárias e era preciso proceder de modo militar até as últimas consequências. Além disso, contudo, depositava alguma esperança no novo comandante, que claramente, ainda que a passos lentos, pretendia implementar um novo procedimento, o qual não podia entrar na cabeça limitada daquele oficial. A partir dessa linha de pensamento, o viajante perguntou:

— O comandante estará presente na execução?

— Não se sabe — respondeu o oficial, constrangedoramente tocado pela pergunta direta, e sua expressão amigável se desfez: — Exatamente por isso precisamos nos apressar. Ainda que me doa, precisarei até mesmo encurtar minhas explicações. Mas eu posso complementar amanhã com explicações mais exatas, quando o aparelho estiver limpo de novo; seu único defeito é ficar tão sujo. Então, agora, apenas o essencial... Quando o homem é posto na cama, e ela começa a tremer, o rastelo é baixado até o corpo. Ele se posiciona sozinho de tal forma que toca o corpo apenas com as pontas; quando o posicionamento termina, este cabo de aço imediatamente se tensiona como uma barra. E aí começa o funcionamento. De fora, um não iniciado não percebe diferença nas sentenças. O rastelo parece trabalhar de modo uniforme. Vibrando, ele crava suas pontas no corpo, que também treme com a cama. Para possibilitar que qualquer um verifique a execução da sentença, o rastelo é feito com vidro, o que causou algumas dificuldades técnicas para prender as agulhas, o que no entanto, após muitas tentativas, foi alcançado. Não poupamos nenhum esforço. E agora qualquer um pode ver, através do vidro, como a inscrição é marcada no corpo. O senhor não quer se aproximar mais para ver as agulhas?

O viajante ergueu-se devagar, foi até o oficial e se curvou sobre o rastelo.

— Veja — disse o oficial —, duas agulhas diferentes em ordem variada. Cada uma das longas tem uma curta ao lado. A longa é a que escreve, a curta espirra água para lavar o sangue e manter a escrita sempre nítida. A água ensanguentada é conduzida para dentro de pequenas canaletas e corre por fim nesta canaleta principal, que leva até o fosso.

O oficial apontou com o dedo o caminho exato que a água ensanguentada percorreria. Quando, para deixar o mais nítido possível, ele

literalmente juntou as mãos ao lado da boca do cano, o viajante ergueu a cabeça e quis, tateando com a mão para trás, voltar à cadeira. Então, para seu pavor, ele viu que o condenado também havia aceitado o convite do oficial para ver de perto a composição do rastelo. Arrastara um pouco o soldado sonolento pela corrente para curvar-se sobre o vidro. Via-se como ele buscava, com olhos inseguros, o que os dois senhores haviam acabado de observar, mas não conseguia, pois lhe faltava explicação. Ele se curvava para ali e para acolá. Corria os olhos pelo vidro sem parar. O viajante quis puxá-lo para trás, pois provavelmente poderia ser punido pelo que estava fazendo. Mas o oficial segurou firmemente o viajante com uma das mãos, tirou com a outra um torrão de terra do talude e o lançou na direção do soldado. Este ergueu os olhos com um solavanco, viu o que o condenado ousava fazer, deixou cair o fuzil, cravou os tacões no chão, puxou o condenado para trás de tal forma que ele despencou, e olhou para ele de cima para baixo, enquanto se virava e fazia as correntes tilintarem.



— Erga-o! — gritou o oficial, pois percebeu que o viajante estava se distraíndo demais com o condenado. O viajante até mesmo se curvou sobre o rastelo sem se preocupar com o equipamento, querendo apenas verificar o que acontecera com o condenado. — Trate-o com cuidado! — voltou a gritar o oficial. Ele contornou o aparelho, puxou por baixo dos braços o condenado, que escorregava com frequência, e o pôs de pé com a ajuda do soldado.

— Agora já sei de tudo — disse o viajante, quando o oficial voltou até ele.

— Menos o mais importante — disse o outro, tomando o viajante pelo braço e apontando para cima: — Lá, no desenhador, fica o jogo de engrenagens que determina o movimento do rastelo, e esse jogo de engrenagens é programado segundo o desenho que reproduz a sentença. Eu

ainda utilizo os desenhos do antigo comandante. Aqui estão eles — ele puxou algumas folhas da carteira de couro —, porém não posso entregá-los nas mãos do senhor, pois são a coisa mais valiosa que tenho. Sente-se, eu lhe mostro desta distância, então o senhor poderá ver tudo muito bem. — Ele mostrou a primeira folha. O viajante gostaria de ter proferido uma aprovação, mas viu apenas linhas labirínticas que se cruzavam muitas vezes e cobriam o papel com tanta densidade que era quase impossível reconhecer partes em branco. — Leia — pediu o oficial.

— Não consigo — disse o viajante.

— Mas está claro — retrucou o oficial.

— É muito elaborado — comentou o viajante, esquivo —, mas não consigo decifrar.

— Sim — disse o oficial, e em seguida riu e guardou o papel na carteira —, não é uma caligrafia escolar. É preciso lê-la por um bom tempo. Certamente o senhor terminaria por reconhecê-la. Claro que não pode ser uma caligrafia simples; não deve matar imediatamente, mas, em média, depois de um período de doze horas; o ponto de inflexão é calculado para a sexta hora. Ou seja, a própria escrita deve ser rodeada por muitos, muitos floreios; a escrita real cinge o corpo apenas em uma faixa estreita, o restante do corpo fica para os ornamentos. Agora o senhor consegue apreciar o trabalho do rastelo e do aparelho inteiro? Veja só! — Ele saltou para a escada, girou um volante e gritou para baixo: — Atenção, afaste-se para o lado!

E tudo começou a funcionar. Se a engrenagem não rangesse, seria fabuloso. Como se estivesse surpreso com essa engrenagem incômoda, o oficial ameaçou-a com o punho, em seguida abriu os braços para o viajante, desculpando-se, e desceu as escadas às pressas para observar o funcionamento do aparelho lá embaixo. Algo ainda não estava em ordem, e apenas ele percebia; o oficial subiu de novo, enfiou as duas mãos no interior do desenhador, deslizou por uma barra para descer mais rápido em vez de usar a escada e gritou com toda força no ouvido do viajante, para se fazer entender em meio ao ruído:

— Entende o procedimento? O ras-telo começa a escrever; quando o primeiro esboço da escrita termina nas costas do homem, a camada de algodão rola e gira lentamente o corpo de lado para oferecer um novo espaço para o rastelo. Nesse meio-tempo, os pontos feridos pela escrita pousam no algodão, o que, em virtude de uma preparação especial, estanca

imediatamente o sangramento e prepara a região para um novo aprofundamento da escrita. Aqui, os dentes às margens do rastelo arrancam o algodão do ferimento na virada do corpo, lançando o material para dentro do fosso, e o rastelo volta a trabalhar. Assim, ele escreve cada vez mais fundo por doze horas. Nas primeiras seis horas, o condenado vive quase como antes, mas sofrendo com dores. Depois de duas horas, o feltro é retirado, pois o homem não tem mais força para gritar. Nesse momento, naquela tigela aquecida eletricamente, é despejado um mingau de arroz quente, e o homem pode, se tiver vontade, comer o que conseguir puxar com a língua.



Nenhum deles perde a oportunidade. Não conheço nenhum que tenha perdido, e minha experiência é grande. Apenas por volta da sexta hora o homem perde o prazer de comer. Então, costumo me ajoelhar aqui e observar esse fenômeno. O homem raramente engole a última bocada, apenas revira o mingau na boca e o cospe no fosso. Então, preciso me abaixar, do contrário a cusparada vem direto no meu rosto. Mas como o homem fica silencioso por volta da sexta hora! A compreensão emerge até ao mais imbecil. Começa ao redor dos olhos. Dali, se espalha. Uma visão que poderia fazer uma pessoa querer se deitar com o condenado embaixo do rastelo. Nada mais acontece, o homem começa apenas a decifrar a escrita, faz um muxoxo como se a ouvisse. O senhor viu que não é fácil decifrar a escrita com os olhos; nosso homem a decifrará com suas feridas. Contudo, a execução é muito trabalhosa; precisa de mais seis horas para sua conclusão. Então, o rastelo empala o homem de um lado a outro e o lança para dentro do fosso, onde ele

cai chapinhando na água ensanguentada e no algodão. Assim, a execução da sentença chega ao fim, e nós, eu e o soldado, o enterramos.

O viajante inclinou o ouvido para o oficial e, com as mãos nos bolsos do casaco, observou o trabalho da máquina. O condenado também observava, mas sem compreender. Curvou-se um pouco e acompanhou as agulhas balançantes, então o soldado, a um sinal do oficial, cortou-lhe a camisa e as calças com uma faca, de forma que elas caíram de seu corpo; ele quis segurar as roupas para cobrir sua nudez, mas o soldado o ergueu e puxou dele os últimos farrapos. O oficial parou a máquina, e, no silêncio que sobreveio, o condenado foi posto sob o rastelo. As correntes foram soltas e, no lugar delas, correias foram atadas; em um primeiro momento, o condenado pareceu quase aliviado. E então o rastelo se abaixou um pouco mais, pois o homem era magrelo. Quando as pontas tocaram o condenado, um arrepio percorreu sua pele; enquanto o soldado se ocupava com a mão direita dele, o condenado estendeu a esquerda sem saber para onde; porém, era a direção onde estava o viajante. Sem parar, o oficial observava de soslaio o viajante, como se procurasse ler em seu rosto a impressão causada pela execução que ele, ao menos superficialmente, lhe explicara.

**— Mas como o homem fica silencioso  
por volta da sexta hora!**



A correia que era destinada ao pulso se rompeu; provavelmente o soldado a puxara demais. O oficial precisou ajudar quando o soldado lhe mostrou o pedaço de correia partida. O oficial foi até ele e disse, com o rosto voltado ao viajante:

— A máquina é muito complicada, de vez em quando alguma coisa arrebenta ou quebra; mas não se pode deixar enganar e julgar errado o conjunto. Aliás, para a correia logo se consegue uma substituição. Vou usar uma corrente. Mas isso vai prejudicar a delicadeza do balanço para o braço direito. — E, enquanto prendia a corrente, disse ainda: — No momento, os meios para a manutenção da máquina estão muito limitados. Com o antigo comandante, meus recursos para esse fim eram ilimitados. Havia aqui um depósito no qual eram guardadas todas as peças de reposição possíveis. Confesso que isso quase levava ao desperdício, digo, antes, não agora, pois o novo comandante afirma que tudo serve apenas para combater as velhas instituições. Agora ele mesmo administra os recursos da máquina, e, quando eu peço uma correia nova, exige-se a rompida como prova; a nova chega apenas em dez dias, mas é de um tipo tão ruim que não vale muita coisa. Nesse meio-tempo, ninguém se preocupa com como eu vou fazer para operar a máquina sem correias.

O viajante pensou: é sempre preocupante intervir em assuntos estrangeiros de forma decisiva. Ele não era nem membro da colônia penal tampouco cidadão do Estado ao qual ela pertencia. Se quisesse condenar aquela execução ou até frustrá-la, era possível que lhe dissessem: “Você é estrangeiro, fique quieto”, ao que ele não poderia responder nada, apenas acrescentar que, nesse caso, não compreendia a própria situação, pois viajava apenas com a intenção de acompanhar, e não, de forma alguma, alterar o poder judiciário alheio. No entanto, as coisas ali se mostravam bastante tentadoras. Não havia dúvida quanto à injustiça do processo e à desumanidade da execução. Ninguém podia presumir qualquer interesse próprio do viajante, pois o condenado não era seu conhecido, nem compatriota, tampouco uma pessoa que provocasse compaixão. O próprio viajante tinha recomendações de autoridades, fora recebido ali com bastante cortesia, e o fato de ter sido convidado para aquela execução parecia até mesmo indicar que lhe pediam uma opinião sobre o julgamento, o que era ainda mais provável, pois o comandante, como ele já ouvira de modo evidente, não era um adepto desse procedimento e era quase hostil ao oficial.

**As coisas ali se mostravam bastante tentadoras.**



Então, o viajante ouviu um grito de fúria do oficial. Tinha acabado de enfiar, com esforço, o tampão de feltro na boca do condenado quando este, com ânsia irresistível, fechou os olhos e vomitou. Às pressas, o oficial o ergueu da plataforma e quis virar sua cabeça para o fosso, mas era tarde demais, a sujeira já escorria máquina abaixo.

— Tudo culpa do comandante! — berrou o oficial e, fora de si, sacudiu as traves de latão posteriores. — A máquina fica imunda como um estábulo. — Com mãos trêmulas, ele apontou ao viajante o que havia acontecido. — Como se eu não tivesse, por horas a fio, procurado deixar claro ao comandante que o condenado não pode receber nenhuma refeição no dia anterior à execução. Mas a nova orientação, leniente, é de outra opinião. As senhoras do comandante enfiam doces goela abaixo do homem, até ele se fartar, antes de ser conduzido para cá. A vida inteira alimentou-se de peixes fedidos, e agora tem de comer doces! Seria até possível, eu não teria nada contra, mas por que não conseguem o novo feltro que já lhes pedi faz três meses? Como se pode botar a boca nesse feltro sem se enojar, sendo que mais de cem homens o chuparam e morderam na iminência da morte?

O condenado abaixara a cabeça e parecia tranquilo, enquanto o soldado ocupava-se em limpar a máquina com a camisa do condenado. O oficial foi até o viajante, que, intuindo algo, deu um passo atrás, mas o outro o tomou pela mão e puxou-o para o lado.

— Quero lhe dizer algumas palavras em confiança — disse ele —, posso?

— Claro — disse o viajante, e então ouviu com olhos abaixados.

— Atualmente, este processo e esta execução que o senhor tem a oportunidade de admirar não têm mais nenhum adepto declarado em nossa colônia. Sou seu único defensor, ao mesmo tempo que sou o único defensor da herança do antigo comandante. Não consigo mais pensar em melhorias ao processo, empenho todos os meus esforços para manter o que está disponível. Quando o antigo comandante estava vivo, a colônia era cheia de seguidores dele; tenho um pouco da persuasão do antigo comandante, mas me falta seu poder, por isso os seguidores se esconderam, não há muitos mais, e nenhum deles é confesso. Hoje, ou seja, em dia de execução, se o senhor for à casa de chá e ficar atento ao redor, talvez escute apenas declarações dúbias. São seguidores fiéis, mas estão sob a batuta do comandante atual e, para mim, por suas visões atuais, são todos uns imprestáveis. Agora eu lhe pergunto: a obra de uma vida como esta — ele

apontou para a máquina — deve ser destruída por conta desse comandante e das mulheres que o influenciam? Pode alguém permitir tal coisa? Mesmo quando esse alguém está apenas de passagem por nossa ilha, um estrangeiro entre nós por alguns dias? Mas não há tempo a perder, estão preparando algo contra minha alçada jurídica; já acontecem reuniões no comando para as quais não sou convocado; mesmo a visita do senhor hoje me parece significativa para a situação toda; as pessoas são covardes e enviaram o senhor, um forasteiro. Como a execução era diferente em tempos passados! Um dia antes do evento, o vale inteiro já ficava cheio de gente, todos vinham apenas para assistir; já de manhã vinha o comandante com suas damas, fanfarras despertavam o acampamento inteiro, eu expedia o anúncio de que tudo estava preparado; nenhum alto oficial podia faltar, a sociedade organizava-se ao redor da máquina; essa pilha de cadeiras de palha é um vestígio patético daquele tempo. A máquina recém-limpa cintilava, eu recebia peças de reposição quase a cada execução. Diante de centenas de olhos... havia espectadores na ponta dos pés até aquele outeiro... o condenado era posto sob o rastelo pelo próprio comandante. O que hoje um soldado raso pode fazer, à época, era trabalho meu, o juiz-presidente, e me honrava.

**— Pode alguém permitir tal coisa?**



E então a execução começava! Nenhum barulho perturbava o trabalho da máquina. Muitos nem sequer assistiam, mas ficavam deitados de olhos fechados na areia; todos sabiam: agora se fará justiça. No silêncio, se ouvia apenas o suspirar do condenado, abafado pelo feltro. Hoje a máquina não consegue mais arrancar do condenado nem um suspiro forte que o feltro não possa sufocar. À época, no entanto, as agulhas de escrita pingavam um líquido cáustico, que hoje não pode mais ser utilizado. Bem, e então vinha a sexta hora! Era impossível atender a todos os pedidos para ver de perto. O comandante, em sua visão, ordenava que principalmente as crianças fossem consideradas; eu, no entanto, por força da minha profissão, permanecia sempre ao lado; ficava com frequência lá, com duas crianças pequenas em meus braços, uma à direita e outra à esquerda. Absorvíamos todos a expressão de transfiguração do rosto martirizado, e como mantínhamos nossa face diante do brilho daquela justiça finalmente alcançada e tão passageira! Que tempos, meu camarada!

O oficial obviamente havia esquecido quem estava diante de si; ele abraçou o viajante e pousou a cabeça em seu ombro. O viajante sentiu grande constrangimento; impaciente, olhou para além do oficial. O soldado havia terminado o trabalho de limpeza e, naquele momento, despejava o mingau de arroz de uma lata na tigela. O condenado, que já parecia totalmente recuperado, mal percebera isso e já começou a puxar o mingau com a língua. O soldado empurrava-o para longe, pois a papa era para mais tarde, e também seria impróprio que o soldado pegasse a comida com as mãos sujas e comesse diante do ávido condenado.

**— E então a execução começava!**  
**Nenhum barulho perturbava o**  
**trabalho da máquina.**



O oficial recompôs-se rapidamente.

— Não quis emocioná-lo — disse ele —, sei que é impossível dar uma ideia do que foram aqueles tempos. Além disso, a máquina ainda trabalha e funciona por si mesma. Inclusive quando está sozinha neste vale. E o cadáver, por fim, cai em um voo incrivelmente suave no fosso, embora não seja como antes, quando centenas de pessoas se juntavam como moscas ao redor dele. Na época foi preciso construir um parapeito forte ao redor do fosso, que foi arrancado faz bastante tempo.

O viajante desviou o rosto do oficial e olhou ao redor, sem mirar nada. O oficial achou que ele observava o abandono do vale; por isso, tomou a mão do outro, virou-se para fitá-lo e perguntou:

— Percebe a vergonha que é?

Mas o viajante se calou. O oficial afastou-se dele por um instante; com as pernas separadas, as mãos na cintura, ficou parado e olhou para o chão. Em seguida, sorriu de modo encorajador para o viajante e disse:

— Ontem eu estava perto do senhor quando o comandante o convidou. Ouvi o convite. Eu conheço o comandante. Entendi de pronto qual era seu objetivo. Apesar de a força dele ser grande o bastante para se lançar contra mim, ele ainda não ousa, mas bem quer me expor ao julgamento do senhor, um estrangeiro ilustre. O cálculo dele é cuidadoso; é o segundo dia do senhor na ilha, não conheceu o antigo comandante e suas ideias, o senhor está preso à visão de mundo europeia, talvez seja um opositor ferrenho da pena de morte de forma geral e, particularmente, de uma execução mecânica como esta. Além disso, o senhor está vendo uma execução sem público, triste, em uma máquina já um tanto combalida... Levando em conta tudo isso (assim pensa o comandante), não seria muito provável que considerasse meu procedimento incorreto? E se o senhor o considerar incorreto, não se calará (falo ainda do ponto de vista do comandante), pois o senhor confia certamente em suas convicções, muitas vezes comprovadas. Contudo, o senhor viu muitas peculiaridades, de muitos povos, aprendeu a respeitá-las e, por isso, provavelmente não se posicionará com grande empenho contra o procedimento, como talvez o fizesse em sua terra natal. Mas o comandante não precisa disso. Basta uma palavra fugaz, descuidada. Nem sequer precisa corresponder à sua convicção, se for, ainda que aparentemente, de encontro ao desejo dele. Estou certo de que ele o interrogará com a máxima esperteza. E suas damas se sentarão ao redor, com as orelhas em pé; o senhor vai dizer, por exemplo: “O processo judicial é diferente na minha terra” ou “Na minha

terra o acusado é ouvido antes da sentença” ou “Na minha terra o condenado é informado da sentença” ou “Na minha terra há outras penas além da pena de morte” ou “Na minha terra havia tortura apenas na Idade Média”. Todas são observações que também estão corretas, que parecem naturais ao senhor, observações inocentes que não dizem respeito ao meu procedimento. Mas como o comandante vai recebê-las? Eu vejo como ele, o bom comandante, empurrará a cadeira para o lado imediatamente e correrá até a sacada, vejo como suas damas seguirão atrás dele; ouço sua voz (as damas dizem que o comandante tem voz de trovão) quando ele diz: “Um grande pesquisador do Ocidente, enviado para verificar o processo judicial em todos os países, declarou que nosso procedimento, por seguir um antigo costume, é desumano. Depois da opinião de tal personalidade, não me é mais possível tolerar tal procedimento. Então, a partir de hoje, ordeno que etc.”. O senhor vai querer interferir, alegar que não disse nada daquilo que ele anuncia, que não chamou meu procedimento de desumano, ao contrário, segundo seu profundo discernimento o considera o mais humano e digno, também admira este maquinário, mas será tarde demais. O senhor não chegará à sacada, que já estará cheia de damas; vai querer se fazer notar, vai querer gritar, mas a mão de uma das damas tapará sua boca, e eu e o trabalho do antigo comandante estaremos perdidos.

**— E o cadáver, por fim, cai em um voo  
incrivelmente suave no fosso.**



O viajante precisou reprimir uma risada; então, era fácil assim a tarefa que ele considerara tão difícil. Esquivo, ele disse:

— O senhor superestima minha influência. O comandante leu minha carta de recomendação, sabe que não sou conhecedor de processos judiciais. Se eu expressasse minha opinião, seria a posição de um cidadão comum, em nada mais importante que a de qualquer outro e, de toda forma, muito menos importante que a do comandante que, creio eu, tem direitos bastante amplos nesta colônia penal. Se a ideia dele sobre o processo é tão determinada quanto o senhor acredita, então, temo eu, esse processo chegou mesmo ao fim sem que houvesse necessidade do meu humilde auxílio.

O oficial já entendera? Não, ainda não havia entendido. Ele balançou a cabeça com vigor, olhou de volta por um instante para o condenado e o soldado, que se sobressaltaram e se afastaram do arroz, aproximou-se do viajante, olhou-o não no rosto, mas em algum lugar em seu casaco, e disse mais baixo que antes:

— O senhor não conhece o comandante. Desculpe a expressão, perante ele e todos nós o senhor é, de certa forma, inocente; sua influência, acredite em mim, está muito acima do que se pode estimar. Fiquei feliz quando ouvi que o senhor viria sozinho à execução. Essa ordem do comandante deveria me atingir, mas agora eu a aproveito em meu favor. Sem a distração de insinuações falsas e olhares desdenhosos, o que seria impossível evitar com uma participação maior na execução, o senhor ouviu minhas explicações, viu a máquina e agora está prestes a acompanhar o procedimento. Sua opinião certamente já está formada; caso ainda haja pequenas incertezas, elas serão dirimidas quando o senhor assistir à execução. E agora eu lhe peço um favor: ajude-me perante o comandante!

O viajante não permitiu que ele continuasse.

— Como eu poderia? — gritou ele. — Isso é impossível. Posso ser inútil ao senhor, ou mesmo prejudicá-lo.

— O senhor pode ser útil — disse o oficial. Com algum temor, o viajante observou que o oficial cerrara os punhos. — O senhor pode — repetiu o oficial, com insistência ainda maior. — Tenho um plano que deve funcionar. O senhor pensa que sua influência não basta. Sei que basta. Mesmo que eu reconheça que o senhor tem razão, não é necessário tentar de tudo, até o que for possivelmente insuficiente, para a manutenção desse processo? Então, ouça meu plano. Para que dê certo é preciso, acima de tudo, que hoje, na colônia, o senhor reserve ao máximo sua opinião quanto

ao processo. Se ninguém lhe perguntar diretamente, o senhor não deve se expressar de forma alguma; suas declarações, entretanto, precisam ser breves e vagas. As pessoas devem perceber que é difícil para o senhor falar disso, que o senhor está ressentido, que o senhor, caso fosse falar abertamente, irromperia em impropérios. Não exijo que o senhor minta, de forma alguma; deve apenas responder com brevidade. Por exemplo: “Sim, eu vi a execução” ou “Sim, ouvi todas as explicações”. Apenas isso, nada mais. Já há motivo suficiente para o ressentimento que as pessoas deverão perceber no senhor, ainda que, do ponto de vista do comandante, não haja. É claro que ele compreenderá tudo de forma completamente equivocada, interpretando-o segundo sua visão. Aí se fundamenta meu plano. Amanhã, no comando, acontecerá uma grande reunião de todos os altos funcionários administrativos, sob a presidência do comandante. O comandante sabe, obviamente, como transformar essas reuniões em um espetáculo. Foi construída uma galeria, que fica sempre cheia de espectadores. Sou obrigado a participar das reuniões, mas a repugnância me faz estremecer. Bem, com certeza o senhor será convidado para a reunião; se o senhor se comportar de acordo com meu plano, o convite se transformará em um pedido insistente. No entanto, caso não seja convidado por algum motivo inescrutável, deve exigir o convite; sem dúvida o senhor o receberá. Então, sente-se com as damas amanhã no camarote do comandante. Ele vai se certificar várias vezes, olhando para cima, de que o senhor esteja lá. Depois dos diversos pontos desimportantes e risíveis da ordem do dia, calculados apenas para deleite dos espectadores, em sua maioria sobre construções portuárias, sempre construções portuárias, o processo judicial também virá à tona. Caso isso não aconteça, ou não aconteça logo por parte do comandante, tomarei medidas para que aconteça. Vou me levantar e anunciar a execução de hoje. Serei breve, apenas esse anúncio. O comandante me agradecerá, como sempre com um sorriso amigável, e então não conseguirá se conter e aproveitará a ótima oportunidade. “Acabaram de fazer o anúncio da execução”, ele falará, ou algo parecido. “Gostaria apenas de acrescentar ao anúncio que acompanhou precisamente essa execução o grande pesquisador, cuja visita tão extraordinariamente honrosa a esta colônia é de conhecimento de todos os senhores. Nossa reunião de hoje também tem sua importância elevada pela presença dele. Então, vamos solicitar a opinião desse grande pesquisador sobre a execução segundo o antigo costume e o processo que a precede, certo?”. Claro que virão aplausos de todos os lados, anuência

generalizada, serei eu o mais barulhento. O comandante se curvará à sua frente e dirá: “Então, em nome de todos, faço a pergunta”. O senhor vá até o parapeito. Deixe as mãos visíveis a todos, do contrário as damas vão agarrar e brincar com seus dedos. E, por fim, virá sua palavra. Não sei como vou aguentar a tensão das horas até esse momento. Em seu discurso, o senhor não precisa se impor nenhum limite, faça barulho com a verdade, curve-se no parapeito, grite, claro, grite ao comandante sua opinião, sua inabalável opinião. Mas talvez o senhor não queira, não combina com seu caráter, em sua terra natal talvez as pessoas se comportem de outra forma nessas situações, inclusive é o correto, inclusive isso basta perfeitamente, o senhor nem vai se levantar, dirá apenas algumas palavras, as sussurrará para que apenas os funcionários embaixo do senhor ouçam, basta, o senhor não precisa nem mesmo falar sobre a escassa audiência para a execução, sobre a engrenagem rangente, a correia estourada, o feltro repulsivo, não, de todo o resto eu me encarrego, e acredite, se meu discurso não fizer com que ele saia do salão, será uma fala que o obrigará a se ajoelhar quando precisar declarar: antigo comandante, eu me curvo diante de ti. Esse é meu plano; o senhor quer me ajudar a colocá-lo em prática? Mas é claro que o senhor quer. Mais que isso: o senhor precisa.

**— Como eu poderia?**



O oficial agarrara os dois braços do viajante e encarava-o, ofegante. As últimas frases foram gritadas de tal forma que mesmo o soldado e o condenado prestaram atenção; apesar de eles não terem entendido nada, pararam de se alimentar e, mastigando, ergueram os olhos para o viajante.

Desde o início, não havia nenhuma dúvida quanto à resposta que o viajante precisava dar: ele vivera muitas coisas na vida para titubear ali; era, em essência, sincero, e não tinha medo. Apesar disso, ele vacilou por um momento ao ver o soldado e o condenado. Por fim, no entanto, ele disse, como precisava dizer:

— Não.

O oficial piscou várias vezes, mas não tirou os olhos dele.

— O senhor quer uma explicação? — perguntou o viajante.

O oficial assentiu com a cabeça, emudecido.

— Sou um opositor desse processo — disse o viajante. — Antes mesmo de o senhor me falar dele em confiança, confiança esta da qual obviamente não abusarei, em circunstância nenhuma, eu já havia refletido se teria direito de intervir contra esse processo e se essa minha intervenção poderia ter uma pequena chance de sucesso. Para mim ficou evidente, em primeiro lugar, quem eu precisava procurar: o comandante, claro. Isso o senhor deixou ainda mais evidente, mas sem ter consolidado minha decisão. Ao contrário, sua sincera convicção me toca profundamente, ainda que ela não seja capaz de me confundir.

O oficial permaneceu mudo e virou-se para a máquina. Segurou uma das barras de latão e então olhou para o desenhador, um pouco inclinado para trás, como se verificasse se estava tudo em ordem. O soldado e o condenado pareciam ter ficado amigos; o condenado fez sinais ao soldado, por mais difícil que o gesto fosse com as firmes amarras; o soldado curvou-se para ele; o condenado sussurrou algo, e o soldado meneou a cabeça, concordando.

O viajante foi até o oficial e disse:

— O senhor ainda não sabe o que vou fazer. Vou compartilhar com o comandante minha visão sobre o processo, não em uma reunião, mas a sós; também não ficarei por aqui o bastante para ser convocado para qualquer reunião; parto amanhã cedo, ou ao menos embarco em um navio.

**— Sou um opositor desse processo.**



Não parecia que o oficial o tivesse escutado.

— Então o processo não o convenceu — disse o oficial para si mesmo, sorrindo como sorri um velho que escuta a tolice de uma criança e conserva, por trás do sorriso, sua verdadeira ponderação. — Chegou, pois, a hora — disse ele por fim, olhando de repente para o viajante com olhos brilhantes que continham uma espécie de incitação, como um apelo para a participação.

— Chegou a hora de quê? — perguntou o viajante, inquieto, mas não recebeu resposta.

— Você está livre — disse o oficial ao condenado, em sua língua. A princípio, ele não acreditou. — Agora você está livre — repetiu o oficial.

Pela primeira vez o rosto do condenado ficou realmente vívido. Era verdade? Era apenas uma inconstância passageira do oficial? O viajante estrangeiro tinha obtido a clemência dele? O que estava acontecendo? O rosto do condenado parecia fazer essas perguntas. Mas não por muito tempo. O que quer que houvesse acontecido, ele queria, já que aparentemente tinha a permissão para isso, ficar livre de fato. Então começou a se debater, pelo menos o quanto permitia o rastelo.

— Vai arrebentar as correias — gritou o oficial —, acalme-se! Já vamos soltá-las.

E ele se pôs a trabalhar com o soldado, a quem tinha dado um sinal. O condenado ria baixo, sem dizer uma palavra sequer, e ora virava o rosto à esquerda, para o oficial, ora à direita, para o soldado, sem se esquecer do viajante.

— Tire-o daí — ordenou o oficial ao soldado. Para tanto, foi preciso proceder com certo cuidado, por conta do rastelo. Por sua impaciência, o condenado já tinha algumas pequenas lacerações nas costas.

**— Agora você está livre.**



Porém, a partir daí, o oficial quase não se preocupou mais com ele. Foi até o viajante, puxou de novo a pequena carteira de couro, folheou-a, por fim encontrou a página que procurava e mostrou ao viajante.

— Leia — disse ele.

— Não consigo — disse o viajante —, já disse que não consigo ler essas folhas.

— Olhe com cuidado — falou o oficial, pondo-se ao lado do viajante para ler com ele. Como isso também não ajudou em nada, o oficial passou o dedo mínimo pelas linhas, ainda que a uma grande altura do papel, como se a folha não pudesse ser tocada de forma alguma, para assim facilitar a leitura do viajante. O viajante também se esforçou para ao menos nisso fazer a vontade do oficial, mas não lhe foi possível. Então, o oficial começou a soletrar o escrito e, em seguida, leu novamente de uma vez. — “Seja justo”! É o que está escrito — disse ele. — Agora o senhor mesmo poderá ler.

O viajante curvou-se tanto sobre o papel que o oficial afastou a folha mais um pouco, por medo do contato; o viajante então não disse mais nada, mas estava claro que ele ainda não conseguia ler.

— “Seja justo”! É o que está escrito — repetiu o oficial.

— Pode ser — disse o viajante —, eu acredito que seja isso que está aí.

— Muito bem — disse o oficial, ao menos parcialmente satisfeito, subindo então a escada com a folha; ele a depositou com muito cuidado no desenhador e, ao que pareceu, mudou as engrenagens todas. Era um trabalho muito meticuloso, devia haver ali engrenagens pequeninas, e às vezes a cabeça do oficial desaparecia por completo dentro do desenhador, pois ele tinha de inspecionar o mecanismo de forma muito precisa.

Lá embaixo, o viajante acompanhava sem parar esse trabalho, com o pescoço endurecido e os olhos doloridos por conta do céu inundado de sol. O soldado e o condenado estavam ocupados um com o outro. A camisa e as calças do condenado, que haviam sido atiradas no fosso, foram tiradas de lá pelo soldado com a ponta da baioneta. A camisa estava terrivelmente suja, e o condenado a lavou no balde de água. Quando ele se vestiu, tanto o soldado como o condenado tiveram de rir alto, pois as peças de roupa estavam rasgadas ao meio na parte de trás. Talvez o condenado acreditasse estar na obrigação de entreter o soldado, pois girou em suas vestes esfarrapadas diante dele, que se agachou no chão e gargalhou, batendo nos joelhos. Ainda assim, os dois se continham, em consideração à presença dos senhores.

Quando o oficial lá em cima por fim terminou o trabalho, ele inspecionou mais uma vez todas as peças juntas com um sorriso no rosto, fechando a tampa do desenhador, que até aquele momento havia ficado aberta, desceu, olhou para o fosso e depois para o condenado, notou, satisfeito, que ele já havia tirado as roupas de lá, foi até o balde de água para lavar as mãos, reconheceu tarde demais a sujeira repugnante na água, ficou triste por não poder lavar as mãos, enfiando-as por fim na areia (a alternativa não lhe agradou, mas precisou aceitá-la), então se levantou e começou a desabotoar o casaco de sua farda. Nesse momento, caíram em suas mãos os dois lenços de senhora que ele havia enfiado na gola.

**“Seja justo”**



— Aqui estão seus lenços — disse ele e os jogou para o condenado. E para o viajante ele disse, à guisa de explicação: — Presente das damas.

Apesar da pressa óbvia com que o oficial tirou o casaco da farda e em seguida se despiu por completo, tratou com muito cuidado cada peça de roupa; até correu os dedos pelo cordão de prata do casaco e sacudiu a borla para endireitá-la. No entanto, pouco combinava com esse cuidado o fato de, assim que terminava o tratamento das peças, ele lançar cada uma delas no fosso, com um chacoalhão revoltado. A última coisa que lhe restava era seu espadim com o cinturão. Ele puxou o espadim da bainha, quebrou-o, então juntou tudo, os pedaços do espadim, a bainha e o cinturão, e jogou com tanta força que lá embaixo, no fosso, os objetos ressoaram, batendo uns nos outros.

Nesse momento, ele ficou ali, parado, nu. O viajante mordeu os lábios e nada disse. Sabia o que aconteceria, mas não tinha direito de impedir o oficial. Se o processo judicial ao qual se atinha o oficial estava tão próximo de ser suspenso — possivelmente como consequência da intervenção do viajante com a qual, por sua vez, este se sentia obrigado —, então o oficial estava agindo com a máxima correção; o viajante não teria agido de outra forma em seu lugar.

Em princípio o soldado e o condenado não entenderam nada, e no início nem sequer acompanharam o que acontecia. O condenado ficou muito feliz com os lenços, mas nem pôde se alegrar por muito tempo, já que o soldado os arrancou dele com um puxão rápido, imprevisto. Então, o condenado estava tentando reavê-los, tirá-los da parte de trás do cinto do soldado, onde ele os guardara, mas o soldado estava alerta. Assim, os dois brigavam, meio de brincadeira. Foi só quando o oficial ficou totalmente nu que eles prestaram atenção. O condenado pareceu particularmente assolado pela intuição de alguma grande reviravolta. O que lhe acontecera, acontecia agora com o oficial. Talvez aquilo chegasse aos extremos. Provavelmente o viajante estrangeiro dera uma ordem para tanto. Ou seja, era vingança. Sem ter ele mesmo sofrido até o fim, seria, no entanto, vingado até o fim. Um sorriso largo e silencioso apareceu em seu rosto e não desapareceu mais.

**Nesse momento, ele ficou ali, parado,  
nu.**



Porém, o oficial já se voltara para a máquina. Se antes já era óbvio que ele entendia bem da máquina, agora quase causava choque como lidava com ela e como ela lhe obedecia. Ele apenas aproximou a mão do rastelo, e o subiu e desceu várias vezes até chegar ao ponto certo para recebê-lo; o oficial mal tocou a beirada da cama, e ela começou a tremer; o tampão de feltro encontrou sua boca, e via-se como o oficial não o queria aceitar de verdade, mas a hesitação durou apenas um instante, logo ele se rendeu e o aceitou. Tudo estava pronto, apenas as correias ainda pendiam nas laterais, mas era óbvio como eram desnecessárias; o oficial não precisava ser amarrado. Em seguida, o condenado percebeu as correias soltas, e segundo sua opinião, a execução não estaria completa se as correias não fossem amarradas. Então, ele acenou ao soldado com afã, e os dois correram para prender o oficial. Este já estendera um dos pés para empurrar a manivela que colocaria o desenhador em marcha, mas viu que os dois haviam se aproximado; por isso recuou o pé e se deixou prender. Assim, não podia mais alcançar a manivela; nem o soldado tampouco o condenado a encontrariam, e o viajante decidira não se mover. Não era necessário; mal as correias foram afiveladas, a máquina começou a trabalhar. A cama tremia, as agulhas dançavam sobre a pele, o rastelo pairava de lá para cá. O viajante já estava encarando havia um momento, quando se lembrou que uma engrenagem no desenhador deveria estar rangendo; mas tudo estava silencioso, não se ouvia sequer o mínimo zumbido.

**Um sorriso largo e silencioso apareceu  
em seu rosto, e não desapareceu mais.**



Por seu trabalho silencioso, a máquina deixou de ser o centro das atenções. O viajante olhou o soldado e o condenado. O condenado era o mais animado, tudo na máquina o interessava, ora ele se curvava, ora se esticava, o tempo todo estendia o dedo indicador para mostrar algo ao soldado. Era embaraçoso ao viajante. Ele estava decidido a ficar ali até o fim, mas não aguentaria muito tempo a visão dos dois.

— Vão para casa — disse ele.

O soldado talvez já estivesse pronto para tanto, mas o condenado sentiu a ordem quase como um castigo. Implorou com as mãos juntas para que o deixassem ali e chegou até a se ajoelhar quando o viajante, balançando a cabeça, não quis ceder. Vendo que as ordens não ajudavam em nada, o viajante quis ir até lá e expulsar os dois. Então, ouviu um ruído lá em cima, no desenhador. Ele olhou para o local. Aquela engrenagem ainda estava desarranjada? Mas era diferente. Devagar, a tampa do desenhador se levantou e se abriu por completo. Os dentes de uma engrenagem apareceram e se ergueram, e logo a engrenagem se mostrou inteira, como se alguma grande força apertasse o desenhador de tal forma que espremesse aquela engrenagem para fora. Ela girou até a beirada do desenhador, despencou, rolou um pouco na areia e depois se deitou. Em pouco tempo, outra se ergueu, e muitas a seguiram, grandes, pequenas e quase idênticas. Com todas aconteceu a mesma coisa, e, quando era de se esperar que o desenhador já estivesse vazio, surgia um novo grupo especialmente numeroso, erguendo-se, caindo, rolando na areia e deitando-se. Enquanto isso, o condenado esquecera totalmente a ordem do viajante; as engrenagens o encantavam por completo, o tempo todo quis pegar uma, incentivando o soldado a ajudá-lo, mas então recuava a mão com medo, pois logo surgia outra engrenagem que o assustava, ao menos quando começava a rolar.

Ao contrário do condenado, o viajante ficava cada vez mais inquieto, pois a máquina claramente estava ruindo; sua marcha tranquila era enganosa. Ele sentiu que naquele momento precisava se ocupar do oficial, pois este não podia mais cuidar de si. No entanto, como a queda das engrenagens vinha exigindo toda sua atenção, ele se esquecera de inspecionar o restante da máquina; quando o viajante, depois de a última engrenagem ter caído do desenhador, se curvou sobre o rastelo, teve uma nova surpresa, ainda pior. O rastelo não escrevera nada, apenas estocava, e a cama não rolava o corpo, mas somente o erguia, tremendo, na direção das agulhas. O viajante quis intervir, se possível parar tudo aquilo; já não era uma tortura, como pretendia

o oficial, era assassinato imediato. Ele estendeu as mãos. Porém, o rastelo se ergueu para o lado com o corpo espetado, como fazia apenas na décima-segunda hora. O sangue escorria em centenas de filetes e não se misturava à água, pois os caninhos de água tinham parado de funcionar. Nesse momento, uma última coisa falhou: o corpo não se soltou das longas agulhas e o sangue vazava, mas o homem pendia sobre o fosso sem cair. O rastelo já queria voltar a sua posição inicial, mas, como se tivesse percebido que ainda não tinha se livrado de seu fardo, permaneceu sobre o fosso.

— Ajudem aqui! — gritou o viajante para o soldado e para o condenado, segurando ele mesmo os pés do oficial. Quis fazer pressão contra os pés enquanto, do outro lado, os dois deveriam segurar a cabeça do oficial, e assim ele poderia ser lentamente afastado das agulhas. Mas os dois não conseguiam decidir se deveriam se aproximar ou não; o condenado chegou até a virar as costas. O viajante precisou ir até eles e empurrá-los com violência na direção da cabeça do oficial. Foi quando ele viu, quase a contragosto, o rosto do cadáver. Era como antes, quando vivo; não se descobria nele nenhum sinal da redenção prometida. O que todos os outros haviam encontrado na máquina, o oficial não encontrou; seus lábios estavam apertados, os olhos estavam abertos, com a expressão da vida, o olhar calmo e decidido, e a testa estava empalada pela ponta do grande espeto de ferro.

\* \* \*

Quando o viajante, com o soldado e o condenado atrás de si, chegou às primeiras casas da colônia, o soldado apontou para uma delas e disse:

— Aqui é a casa de chá.

No térreo de uma casa havia um salão profundo de teto baixo, como uma caverna, com as paredes e o teto enfumaçados. Abria-se para a rua em toda a sua extensão. Ainda que a casa de chá se diferenciasse pouco das outras casas da colônia, todas muito desgastadas, exceto pelas construções do palácio do comando, o lugar causou uma impressão de lembrança histórica no viajante, e ele sentiu a força dos tempos antigos. Ele se aproximou, seguido por seus acompanhantes, passando pelas mesas vazias que ficavam na rua diante da casa de chá, e respirou o ar frio e úmido que vinha lá de dentro.

— O velho foi enterrado aqui — disse o soldado —, o sacerdote lhe negou um lugar no cemitério. Por um tempo não se decidiu onde deveriam enterrá-lo, por fim o colocaram aqui. Com certeza o oficial não lhe contou

isso, pois sem dúvida era o que mais o envergonhava. Ele até tentou, algumas vezes, desenterrar o velho, mas sempre era enxotado.

— Onde é o túmulo? — perguntou o viajante, que não conseguia acreditar no soldado.

De pronto os dois correram, tanto o soldado como o condenado, à frente dele e apontaram com as mãos estendidas para o local onde o túmulo estaria. Eles conduziram o viajante até a parede dos fundos, onde alguns convivas estavam sentados. Provavelmente eram trabalhadores do porto, homens fortes com barbas cheias e curtas, pretas e brilhantes. Todos estavam sem casaco, com as camisas rasgadas; era um povo pobre, humilde. Quando o viajante se aproximou, alguns se levantaram, recostaram-se à parede e o encararam.

— É um forasteiro — sussurrava-se ao redor do viajante —, ele quer ver o túmulo.

Eles empurraram uma das mesas para o lado, onde de fato havia uma lápide. Era simples, pequena o bastante para ser escondida embaixo de uma mesa. Nela havia uma inscrição com letras muito pequenas, e o viajante precisou se ajoelhar para lê-las. Estava escrito:

“Aqui jaz o antigo comandante. Seus seguidores, cujos nomes não podem ser revelados agora, cavaram este túmulo e assentaram a lápide. Uma profecia diz que o comandante ressuscitará depois de uma determinada quantidade de anos e liderará seus seguidores, a partir desta casa, para a reconquista da colônia. Acreditai e aguardai!”

**“Acreditai e aguardai!”**



Depois que o viajante leu e se levantou, ele olhou ao redor para os homens de pé. Estavam sorrindo, como se tivessem lido com ele a inscrição, achando-a ridícula, e agora o convidassem a compartilhar da opinião deles. O viajante fingiu que não havia percebido, distribuiu algumas moedas entre os homens, esperou até que a mesa cobrisse novamente o túmulo, saiu da casa de chá e seguiu para o porto.

O soldado e o condenado encontraram conhecidos na casa de chá que os mantiveram ali. Mas logo devem ter se livrado deles, pois o viajante ainda estava no meio da longa escada que levava até os barcos quando os dois chegaram correndo atrás dele. Provavelmente queriam forçar o viajante a levá-los consigo, no último minuto. Enquanto o viajante negociava com um barqueiro a travessia até o vapor, os dois desceram correndo as escadas em silêncio, pois não ousavam gritar. Quando chegaram lá embaixo, porém, o viajante já estava no barco, e o barqueiro acabara de soltar a embarcação da margem. Ainda poderiam ter pulado no barco, mas o viajante ergueu uma corda pesada cheia de nós que havia no fundo, ameaçou-os com ela e assim impediu que saltassem.

# O PROCESSO CIVILIZADOR NA ESTRANHA ILHA DA BARBÁRIE

*por Lenio Streck*

Magistral ao descrever e – já na primeira linha – apresentar o instrumento de execução que, em bom sentido, coloca-se em posição de orgulho ao lugar onde está, Kafka limita-se ao objeto deixando muito claro, desde logo, o respeito e a admiração que o oficial – ao cabo, protagonista de um devocional suicídio – nutria pela terrível peça.

E há motivo. Entre os quatro personagens que integram seu rápido texto, é justamente esse aparelho o símbolo de uma trama não apenas atual, mas, sobretudo, politicamente impactante. O aparelho, ao projetar – e, igualmente, profetizar – uma espécie de dominação tecnológica, é um meio, mas, também, é uma espécie de fim último de uma engrenagem que parece funcionar *pelo* homem, claro, mas não *mais* para o homem. Em bom sentido, a tal máquina não apenas *permite*, como, sobremodo, *garante* o destino daqueles que a ela são submetidos. Entre outros pontos, é essa condição a que, a mim, figura não apenas emblemática mas, ainda, passível de algumas aproximações, propondo um salto, portanto, da fantástica ficção de Kafka à realidade que nos cerca.

Sem julgamento e sem consciência de crime e sentença, em trama muito parecida com a de *O processo*, do mesmo autor, o enredo aqui poderia muito bem ser associado ao autoritarismo tão marcante na primeira metade do século XX – mas não apenas –, cujo mais hediondo exemplo seria, talvez, o horror do holocausto. Kafka dialoga, e abomina em sua crítica, justamente com – ou contra – isso, ainda que antecipadamente, já que a obra é de 1914. Mostra uma espécie de barbárie tão bem acabada, em contornos fortemente institucionalizados, como um seminal e tipicamente idealizado Adolf Eichmann – tenente nazista talvez espelhado no nosso oficial sem nome –, maquinalmente submisso a um sistema que se percebe como um terrível fim

em si mesmo. Qual o crime, o julgamento ou a sentença dos judeus, afinal, massivamente exterminados nos campos de concentração dos nazistas?

Nada se tem de tudo isso, a não ser a perplexidade, sobretudo de suas vítimas, diante de uma cruel, desconhecida e incomunicável finalidade – e apenas isto. Talvez não por outra razão o “aparelho” de *Na colônia penal* seja algo tão “singular” – como vai dizer o oficial ao explorador, como todos, também sem nome –, refletindo um progressivo salto à História. Afinal, ele encerra em si o contexto de um fim último que aceita qualquer meio a qualquer um, à margem, portanto, de causas ou procedimentos, não fosse, na trama, a resistência do estrangeiro ao sinalizar seu desacordo com o particularíssimo procedimento de acusação, julgamento e execução.

Não à toa, com um olho em *Na colônia penal* e outro no direito, ou, mais propriamente, em sua autonomia, penso que todas essas circunstâncias e aproximações guardam profunda relação com a atualidade. Quando Kafka apresenta o espaço desta atemporal obra, em boa medida utópica, coloca-nos não apenas diante de uma densa trama, mas, também, frente a frente com todas as apostas numa espécie de teleologia desejante de um sádico gozo com a punição, tornando irrelevantes os caminhos – se institucionalizados ou não, se constitucionalmente adequados ou não etc. – a percorrer: tal qual o contexto da brilhante proposta kafkiana, diante de determinadas finalidades – algumas insistentemente ancoradas na nada republicana *voz das ruas*, como denomino o apelo majoritário para que se caminhe na contramão do direito – pouco importa o que diz esse mesmo direito; importa o *aonde se quer chegar*. Num possível paralelo com o texto, atalhos e meios constitucionalmente inadequados não constroem, como há muito tenho alertado em meus escritos, não fosse pelo explorador, na trama, que resiste.

Daí que, penso, *Na colônia penal* alerta-nos para uma espécie de banalidade do mal (como diria a filósofa alemã Hannah Arendt), em antecipada e significativa crítica ao totalitarismo, mas, também, abre importante espaço à reflexão – também crítica – sobre uma necessária ortodoxia constitucional. Quero dizer: caminhos importam, assim como importam as fundamentações das decisões que, no mais, servem ao propósito de não apenas espelhar, mas, ainda, garantir o percorrer desses mesmos trilhos institucionais. Fora disso, como se vê, o que se tem é a perplexidade de um crime, uma sentença e uma execução que se desconhece em tudo – e que, por isso mesmo, não se pode fundamentar. Afinal, não se pode agir diante daquilo que não se sabe, seja num brutal e inquisitório processo

medieval, seja no paralisante horror do holocausto, ou, ainda, frente às tentações de uma delação premiada, em exemplo muitíssimo atual por aqui.

É sobre tudo isso, quero dizer, que Kafka nos alerta. Quando trata das muitas tensões frente à arbitrariedade do poder que condena sem fundamentar, fala, no fundo, sobre democracia, regime em que ninguém pode decidir a vida de alguém, sua liberdade ou a propriedade ou o que quer que seja sem essa condição de possibilidade à limitação do poder.

Na democracia, o direito – que não deve depender da política (eis aí a sua autonomia) e, sim, com ela dialogar – não é, como de resto já parece estar claro, uma privada concepção de desejos, um particularíssimo jogo de linguagem ou, no oposto, o produto da *volonté générale*, permitindo, nesses paradoxais extremos convergentes a um mesmo destino, um raciocínio em que os fins justifiquem os meios.

Kafka e sua colônia penal, emblematicamente situada numa ilha, desnudam antecipadamente esse estado de coisas que constantemente ameaça a democracia nos nossos tempos. Por tudo isso, a obra, que acena ao temerário flerte com a arbitrariedade política, predando o direito e sua autonomia, diz muito sobre os riscos do humano que, ao mesmo tempo, sustenta e ameaça a institucionalidade do Estado Democrático de Direito. Kafka deixa lições. Sobremodo nas tentações próprias das crises políticas, é preciso resistir. Desvelar novos paradigmas. Tal qual o civilizador estrangeiro na estranha ilha da barbárie esboçada por Kafka.

Aqui, uma pausa. Recorro a Wittgenstein para dizer que essa foi a primeira parte de meu posfácio. A análise do jurista, do *scholar* público, que aproxima a obra analisada de sua área de *expertise* e comenta com base na leitura, nos fatos, na história e na estória, na história da estória e na estória da história.

A segunda parte, leitor, não será dita. Porque é impossível dizer algo sobre o verdadeiro significado das obras kafkianas. Kafka opera naquilo que está para além dos limites da linguagem. O escritor conhecia como ninguém os riscos da linguagem inautêntica, da frase feita que banaliza e corrompe o transcendente – e isso é visto em todas as suas páginas, (não) dito especialmente em sua parábola que inverte a lógica e fala sobre o mortal silêncio das sereias. O que mais importa em Kafka, o que mais impacta, o que mais significa é aquilo que não está dito. Kafka, o autor do desespero da incapacidade do homem diante da linguagem.

A experiência mística da colônia penal não está na morte que a máquina negou ao oficial; está na leitura daquele que tem a chance de ler este conto magistral. Então, como Kafka, como Wittgenstein, digo: aquilo que de mais importante tenho a dizer sobre *Na colônia penal* não está dito nestas páginas. Então, e agora com Arendt, digo: leitor, pense. Pense. Mais não digo, escolho o silêncio. *Gaudeamus igitur*.

*Lenio Streck,*  
*Da Dacha de São José do Herval,*  
*Onde a brisa da montanha ao fim da tarde ensolarada traz com ela o refúgio*  
*que me concede a natureza, autorizando-me a fugir de um tórrido verão que,*  
*aqui, se torna mais leve.*

**LENIO LUIZ STRECK** é jurista e advogado, membro catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional, professor emérito da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB e apresentador do programa de televisão Direito & Literatura.

# O MUNDO DOS FATOS POR TRÁS DA NARRATIVA NA *COLÔNIA PENAL*

*por Celeste Ribeiro de Sousa*

Além de escritor, Franz Kafka foi advogado e funcionário de uma companhia de seguros, familiarizado com a análise de sinistros e indenizações trabalhistas. Nascido no gueto judeu da cidade de Praga, na época pertencente ao Império Austro-Húngaro (1867-1918) e, depois, à Checoslováquia (1918-1992), Kafka foi um homem bastante culto. Criou um mundo de ficção na narrativa *Na colônia penal*, escrita em 1914 e publicada em 1919; porém, existiu todo um mundo “real” de fatos históricos e de leituras que, certamente, condicionou a existência do escritor e sua imaginação, além de seu excepcional talento no trato com a palavra. E, sem o conhecimento do momento cultural em que uma obra nasce, não será possível decodificá-la e compreender a abrangência de sua mensagem.

A narrativa passa-se numa colônia penal indeterminada, numa ilha distante de sua metrópole, também não identificada. Por detrás da colônia penal imaginária da narrativa, desdobra-se um pano de fundo histórico muito bem documentado. Em 1913, havia sido publicado o livro de Robert Heindl, jurista e criminalista alemão, *Minha viagem às colônias penais* (*Meine Reise nach den Strafkolonien*), lido por Kafka. Robert Heindl fora enviado pelo governo alemão às colônias penais do Kaiserreich (Império Alemão) nos mares do sul (Pacífico), isto é, às Ilhas Samoa, Tonga, Salomão, Marshall, Makada, Mioko, ao Arquipélago de Bismarck, às ilhas Caroline e Palau (atualmente os Estados Federados da Micronésia), às Marianas Alemãs (atualmente território dos Estados Unidos). O livro descreve suas observações dos métodos punitivos ali empregados, os problemas organizacionais dessas penitenciárias, a sujeição dos autóctones aos colonizadores. Uma colônia penal era, nesse tempo, um assentamento humano usado para exilar prisioneiros, separando-os da população geral, colocando-os em um lugar remoto, como as regiões colonizadas, muitas

vezes ilhas distantes. Nessa época, ainda estava viva, por exemplo, a enorme repercussão nacional e internacional do caso Dreyfus, um oficial francês de ascendência judaica injustamente condenado à prisão perpétua na longínqua Guiana Francesa.

Entre as colônias da Alemanha, além dos mencionados territórios no Pacífico, estavam também o Togo, Camarões, a África Alemã do Sudoeste (atualmente Namíbia, onde de 1904 a 1907 ocorreu o genocídio dos hererós e namaquas), a África Alemã Oriental (atualmente Tanzânia), três territórios, conhecidos como Kaiser-Wilhelmsland, que pertencem atualmente a Papua-Nova Guiné. Além disso, havia a “China Alemã”, uma concessão colonial em Jiaozhou (Kiauchau), na Península de Shandong, no norte do país.

A data da escritura de *Na colônia penal* coincide com o início da Primeira Guerra Mundial, uma guerra que se revelou crudelíssima, que não teve bem um fim, apenas um intervalo, e a atmosfera belicosa haveria de recrudescer no nazismo por vir, nos horrores dos campos de concentração, no holocausto e na Segunda Guerra Mundial, o que leva muitos leitores a considerar as narrativas de Kafka, inclusive esta, textos proféticos. Entre os vários motivos que levaram à deflagração dessa primeira catástrofe de alcance mundial estava justamente a distribuição das colônias entre as potências europeias. A Alemanha perdeu todos esses territórios depois da derrota. Modesto Carone, em comentário introdutório à sua tradução da narrativa em pauta, fala de “um tema submerso na narrativa” que seria, justamente, a sequela do colonialismo europeu nos trópicos. E, assim, esse espaço tropical também acaba por trazer à mente do leitor as ideias de vários pensadores acerca dos trópicos: por exemplo, a imagem primitiva dos toscos selvagens nessas regiões da terra; a crença na apatia geral dos habitantes dos climas quentes, bem como sua propensão para a servitude; a convicção de que o calor abrasador teria força degeneradora e até a certeza da impossibilidade de civilização nas regiões tropicais.

O problema carcerário em *Na colônia penal* faz lembrar o inovador “pan-óptico” do filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, que em 1785 descreveu uma penitenciária ideal, que permitiria a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes pudessem saber se estavam ou não sendo observados. O medo e o receio de não saberem se eram vigiados os levariam a adotar o comportamento desejado pelo vigilante. Por requerer menor número de vigilantes, o sistema pan-óptico teria a vantagem de ser

mais barato e aplicável também a qualquer outro tipo de estabelecimento baseado na disciplina e no controle.

Olhando para os dados geográficos da colônia penal da narrativa, localizada numa ilha, num pequeno vale arenoso cercado por todos os lados de escarpas nuas nos trópicos inundados de sol, percebe-se que se trata, aos olhos da Europa, de uma realidade incomum, fora do alcance das luzes europeias. Esse ângulo de observação, por si só, sem a presença de uma colônia penal, também poderia apontar, dentro da tradição literária de língua alemã, para o romance *Ilha Felsenburg* (*Insel Felsenburg*), 1731, de Johann Gottfried Schnabel, conhecido de Kafka, escrito no rastro de outro romance, *Robinson Crusoé*, de Daniel Defoe, e de sua ilha selvagem, também localizada nos mares do sul, que desencadeou uma “febre” literária ambientada em ilhas luxuriosas e primitivas. Entre as leituras prediletas de Kafka achava-se igualmente o romance de Oskar Weber *O barão do açúcar* (*Der bayerische Jedermann*), que trata das aventuras de um oficial alemão pela ignota América do Sul.

A ilha penitenciária imaginada por Kafka em *Na colônia penal*, chega, certo dia, um ilustre visitante estrangeiro, um viajante pesquisador que é convidado a assistir à execução de um prisioneiro num aparelho estranho, desenvolvido pelo antigo e já falecido comandante da ilha. Sua finalidade é imprimir, qual tatuagem macabra, a sentença no corpo dos culpados por meio de agulhas que rasgam a carne até provocar a morte. O aparelho tatuador compõe-se de cama, rastelo e desenhador. Chama a atenção o fato de o oficial o descrever em detalhes mínimos, num tom neutro, como se estivesse apresentando, à moda realista, o funcionamento de uma moderna máquina produzida pela Revolução Industrial em plena ascensão. Kafka parece apoiar-se nos conhecimentos que tinha do ditafone, antepassado do telefone, que, na narrativa, é por ele construído de forma medonha, grotesca, em tamanho gigante, como um instrumento de tortura. É fato que sua amiga e namorada, Felice Bauer, trabalhava numa firma que vendia ditafones. Ela era representante da empresa Lindström AG. Certamente, as máquinas conectadas aos acidentes de trabalho, com que Kafka trabalhava na vida profissional para o Instituto de Seguros, também estão subjacentes ao infernal aparelho da ficção que, como transmissor de mensagens, representa a unidade entre escrita e morte.

O aparelho diabólico que executa a sentença e a dor atroz que produz podem ler-se em associação com o sadomasoquismo que muitos críticos

atribuem ao escritor. De fato, em 18 de novembro de 1913, Kafka escreve à amiga Grete Bloch e, na carta, alude ao abscesso dentário da moça, fazendo a seguinte observação: “O prazer de levar a dor ao máximo, você não sente isso?”. Um sadomasoquismo que se reflete no comportamento torturador e suicida do oficial da história *Na colônia penal*. Mas há outras referências à dor em cartas e diários do literato.

Kafka leu o livro *O jardim dos suplicios* (*Le jardin des supplices*), do francês Octave Mirbeau, e essa leitura teria ajudado a construir a execução na narrativa em pauta. *O jardim dos suplicios* gira em torno de um político fracassado que se enreda com uma inglesa sadomasoquista e é por ela introduzido a esse mundo excêntrico na China. Em *Na colônia penal*, há um aspecto do êxtase presente na exibição pública do poder sem freios.

Em várias páginas de seus diários e em cartas, Kafka cita e comenta a obra de Dostoiévski e Tolstói, sobretudo a tradução que esses autores russos fazem da dor humana. *Na colônia penal* também acusa a presença de Friedrich Nietzsche, sobretudo do livro *Genealogia da moral*. No texto de Kafka observa-se que a moral do oficial, que não se quer cruel, mas justa, inesperadamente se desvela cruel e imoral na figura do visitante. E também é visível a presença de Schopenhauer em *Parerga e paralipomena*<sup>1</sup>, obra na qual o filósofo chega a comparar o mundo a uma colônia penal.

O processo punitivo descrito por Kafka fere em muitos sentidos os fundamentos da moderna civilização, pois contraria o pensamento da separação dos poderes judiciário, legislativo e executivo que Montesquieu tinha preconizado já em 1748. A essência da lei escrita, na colônia penal, está nos ornamentados desenhos com retorcidas letras ilegíveis, uma espécie de escrita sagrada, tanto para o condenado como para o visitante. O oficial é o operador da máquina e o juiz a um só tempo, e só ele tem acesso a essa escrita. Embora haja uma denúncia e uma acusação, o réu não conhece sua culpa tampouco a sentença; não há defesa, já que a culpa é indiscutível, o que leva o leitor a recordar-se da culpa ancestral herdada de Eva e Adão, ou seja, o pecado primeiro, inapagável. Peremptória é igualmente a execução da pena em dor excruciante durante doze horas, ao fim das quais o culpado/torturado deverá ser capaz de decifrar (sentir na pele) a frase rasgada na carne pelas agulhas diabólicas, quer dizer, a estranha sentença “Honre seus superiores!”. Na narrativa, a escrita macabra costuma ter a duração de doze horas. Essa terminologia temporal era usada pelos judeus para a divisão do dia, entre o nascer e o pôr do sol. Durante o tempo da

punição, é dada ênfase à sexta hora (meio-dia), quando o condenado perde as forças, fica “transfigurado” e começa a decifrar a sentença que lhe está sendo lavrada no corpo. Coisa semelhante acontece nos *Evangelhos* de Mateus e de Marcos: na hora sexta do martírio, Jesus, em agonia, exclama: “Meu Deus, meu Deus, por que me desamparaste?”. No Evangelho de João, também há uma referência à hora sexta, porém, como o momento do julgamento de Jesus. Essa aparente discrepância deve-se ao fato de João ter usado a medição do tempo romano, que diferia daquela do tempo judaico.

O funcionamento da horrorosa máquina da morte também evoca o *Novo testamento* (o sacrifício de Jesus) e as hagiografias (o sofrimento dos santos, sua paixão autopermittida). É possível uma analogia com o conceito de purgatório, de regeneração da alma e de salvação. Os adeptos do antigo comandante defunto acreditam em seu reaparecimento/ressurreição. A associação da câmara funesta no vale insular com o vale de lágrimas, mencionado nos Salmos, na *Vulgata* e na oração católica “Salve Rainha”, também salta aos olhos do leitor.

Depois do sinistro espetáculo, o visitante dirige-se ao túmulo do antigo comandante, e o finalzinho da narrativa não é unívoco. Em agosto de 1917, Kafka escreveu para ele três variantes: em uma delas, o viajante aparece psíquica e fisicamente esgotado. Em outra, quase perde os sentidos. Na terceira, de repente, o oficial morto aparece semelhante a um fantasma, com a testa sulcada pela gravação da tatuagem macabra. Em qualquer dos casos, o viajante impressiona-se com a convicção do oficial, ao assumir para si a demonstração do método defendido. Porém, o visitante é, antes de tudo, um pesquisador, não se dispõe a emitir sua opinião em público, apenas ao novo comandante. Também não alinha com nenhum dos dois homens simples em cena, nem com o acusado nem com o soldado; ele os assusta e condena a permanecerem na ilha; o visitante não se mostra um homem de ação.

Em primeiro plano, não está o destino do acusado ou de qualquer outra personagem. A primeira frase da narrativa, “É um aparelho singular”, logo deixa claro que, no foco, está o aparelho, expressão da destrambelhada capacidade de racionalização humana que nem sempre pressupõe o maior bem-estar das pessoas. Essa máquina de tortura pode ser interpretada como uma alegoria de todo o sistema de poder colonial ou de qualquer sistema absolutamente controlador.

Para estruturar o perfil do oficial, Kafka teria se baseado no ensaio “O funcionário público”, de autoria de Alfred Weber<sup>2</sup>. Tanto o oficial de Kafka

como o funcionário público de Weber colocam em evidência princípios de fidelidade cegos, fechados em si mesmos, reconhecidos e admirados dentro de um sistema, embora a injustiça seja gritante. O problema da obediência cega e da rígida disciplina militar, certamente, pode achar associações com a estrutura altamente burocratizada, complexa, multiétnica, multicultural, autoritária e politicamente instável do Império Austro-Húngaro, com a militarização do Império Alemão de Bismarck e também com dados da biografia de Franz Kafka, particularmente, com as péssimas relações afetivas entre ele e o genitor tão detalhadamente expostas em *Carta ao pai*.

As obras de Kafka tiveram, a princípio, uma recepção<sup>3</sup> bastante restrita nos círculos de língua alemã por serem consideradas muito estranhas, inovadoras.

Durante o Nazismo, Kafka não passava de um judeu e, por isso, sua obra era considerada absolutamente insignificante, chegando a ser queimada.

Na União Soviética, sobretudo na época stalinista, a publicação de Kafka era simplesmente desaconselhada, por ser ele considerado um autor decadente; suas obras não se enquadravam nas normas prescritas pelo “realismo socialista”.

Entretanto, na Inglaterra e na França seus textos eram lidos com interesse. Camus e Sartre os compreendiam e acolhiam. A prisão poeticamente recriada por Kafka pode ser encontrada, mais tarde, por exemplo, em *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, em que o filósofo debruça-se em linha diacrônica sobre os modos como o poder, desde sempre, reprimiu a delinquência. A primeira parte do livro é dedicada ao corpo dos condenados, à ostentação dos suplícios.

No Brasil,<sup>4</sup> antes das traduções, são publicados artigos sobre a obra do então desconhecido Franz Kafka. Otto Maria Carpeaux, que o conheceu em Berlim, foi o primeiro a escrever sobre o escritor, apresentando-o, explicando por que, embora fosse checo, escrevia em alemão; o crítico interpretava a obra de Kafka pelo viés metafísico; via na obra do autor, sobretudo, a justiça do tribunal divino. Anatol Rosenfeld também se pronunciou sobre ele, anos mais tarde, chamando a atenção para as muitas áreas de conhecimento embutidas nos textos poéticos do escritor. A primeira tradução brasileira de *Na colônia penal* foi realizada por Torrieri Guimarães a partir da tradução francesa e publicada em 1965 pela Exposição do Livro, em uma antologia que leva o título da narrativa. Em 1986, a narrativa foi traduzida por Modesto Carone diretamente do alemão para a editora

Brasiliense. À época da ditadura militar, a publicação das traduções de textos de Kafka conheceu um *boom* não só com novas traduções, mas com muitas reimpressões. E, junto a presos ou perseguidos políticos, essa recepção foi singular. De acordo com Eduardo Brito, a forma ficcional, de alguma maneira, traduzia o que tinha sido ou estava sendo silenciado na linguagem cotidiana durante a ditadura. As narrativas kafkianas, em particular *Na colônia penal*, teriam oferecido uma luz para entender a realidade nova e irracional que se implantara no país. Antonio Candido, em carta a Eduardo Brito, declarou que, no tempo pior da ditadura militar, no governo Médici, pensara escrever um artigo aproveitando *Na colônia penal* (lida em francês) para falar mal do regime, o que acabou não acontecendo, embora Candido tenha desvendado Kafka em outros ensaios. Em entrevista a Eduardo Brito, Paulo Sergio Pinheiro concordou com a nota kafkiana presente na irracionalidade, incoerência e inconsequência com que a sociedade brasileira lidou/lida com a violência, ao rasgar constantemente os limites toleráveis. Em correspondência com o mesmo pesquisador, uma sua colega, prisioneira do regime, revelou que foi a leitura da narrativa *Na colônia penal* que a ajudou a passar o tempo na prisão, a reelaborar os medos e a entender o que se estava passando no país durante a vigência do AI-5. Embora o nome Kafka soasse aos agentes prisionais algo soviético e, portanto, subversivo, foram eles que primeiro leram a obra, não a tendo proibido porque nela nada acharam de perigoso, o que mostra o nível inovador da narrativa kafkiana, captado por poucos. Entretanto, esses poucos, muito críticos, viam paralelos entre os textos de Kafka e a realidade político-social brasileira da época. Depois da redemocratização, houve outro *boom* até a (quase) completa tradução da obra do autor nos nossos dias e o aumento exponencial de artigos críticos e afins, que não param de desabrochar.

Não quero encerrar este posfácio sem alertar o leitor para os limites, necessariamente reducionistas, da perspectiva com que a narrativa *Na colônia penal* e seu autor são apresentados nestas poucas páginas, embora muitas pistas para aprofundamentos tenham sido deixadas. As abordagens analítico-interpretativas da obra do escritor são inúmeras. Os textos de Kafka são excepcionalmente bem construídos do ponto de vista literário, inesgotáveis em significados e interpretações. São um verdadeiro espelho do ser humano com suas mazelas e virtudes sempre em movimento.

**CELESTE RIBEIRO DE SOUSA** é professora sênior da USP, coordenadora do Grupo de Pesquisa RELLIBRA e do Projeto de Pesquisa “Literatura Brasileira de Expressão Alemã”.

- [1](#) Em tradução livre, *Escritos secundários e coisas pendentes*. Em português, a obra é conhecida pelo próprio título latino.
- [2](#) Alfred Weber, além de ser irmão de Max Weber, foi orientador de Franz Kafka no trabalho de conclusão de curso. A relação entre o oficial de Kafka e o funcionário público de Weber é uma tese demonstrada por Astrid Lange-Kirchheim em *Franz Kafka Na colônia penal e Alfred Weber O burocrata* (*Franz Kafka In der Strafkolonie und Alfred Weber Der Beamte*).
- [3](#) Leia-se: BRITO, Eduardo Manoel de. *Quando a ficção se confunde com a realidade: as obras In der Strafkolonie/Na colônia penal e Der Process/O processo de Kafka como filtros perceptivos da ditadura civil-militar brasileira*. Tese de Doutorado. FFLCH–USP, São Paulo, 2006.
- [4](#) Leia-se também: SOUSA, Celeste; BRITO, Eduardo; SANTOS, Maria Célia. A recepção da obra de Franz Kafka no Brasil. *Pandaemonium Germanicum*, n. 9, pp. 227-253, 2005.

# AS MÁQUINAS JURÍDICA, LITERÁRIA E SEXUAL EM *NA COLÔNIA PENAL* DE KAFKA

*por Márcio Seligmann-Silva*

Entre 5 e 18 de outubro de 1914, portanto poucos meses após o início da Primeira Guerra Mundial, Kafka fez um retiro de duas semanas de férias nas quais pretendia desenvolver seu manuscrito de *O processo* (livro que nunca concluiu). Em vez disso, ele escreveu de uma tirada a narrativa *Na colônia penal* (*In der Strafkolonie*). Esse rápido e impressionante parto de um texto, que depois veio a ser considerado um dos mais impactantes de sua obra, teve como contraparte um longo e complicado período de espera até a publicação. Não apenas por conta da guerra e das dificuldades de publicar qualquer coisa então no Império Austro-Húngaro. Isso se deu sobretudo porque Kafka parece nunca ter ficado totalmente satisfeito com a conclusão de seu texto. Desde a primeira leitura que fez a seus amigos Franz Werfel, Otto Pick e Max Brod (que depois foi o responsável por seu espólio e pela publicação de sua obra), ainda em dezembro de 1914, Kafka mostrou-se reticente com relação ao final. No ano seguinte, planejou publicar um volume que reuniria esta narrativa ao lado de *O veredito* (*Das Urteil*, 1913) e de *A metamorfose* (*Die Verwandlung*, 1915) e levaria o título *Strafen* (*Castigos*), plano que não se concretizou, mas que não deixa de revelar o modo como o autor encara sua obra e as relações entre suas narrativas. É importante lembrar que, assim como *Na colônia penal*, também *A metamorfose* tem um final com um corte que muda totalmente a perspectiva da narrativa.

Em 1916, sob o convite do livreiro e galerista Hans Goltz, Kafka leu este texto em Munique para uma audiência de cerca de trinta pessoas, entre elas o poeta Rilke, interessado então em conhecer pessoalmente o autor de *A metamorfose*. Lendo seu texto, tendo como pano de fundo obras expressionistas da Neue Secession de Munique, Kafka deixou a plateia em choque. Muitos abandonaram a sala em meio à leitura. Conta-se que uma

senhora desmaiou. Os críticos que estavam presentes redigiram textos nada elogiosos: Kafka sofreria de falta de tato, seu texto teria uma forma equivocada. No jornal *Münchener Zeitung*, o crítico Hans Beilhack chegou a denominar Kafka de o “Lascivo do horror” (“Lüstling des Entsetzens”). Apenas em 1919, e sem qualquer modificação digna de menção, o texto foi publicado em um pequeno volume e com uma tiragem de mil exemplares.

Por que esse texto provocou tanta comoção quando de sua leitura pública? Em que consiste a narrativa *Na colônia penal*? Quase todo o texto consiste em um diálogo entre um oficial e um estrangeiro viajante. Eles se encontram em uma ilha nos trópicos que, como indica o título, é uma colônia penal. Além desses dois personagens que dialogam (sendo que na maior parte do tempo o estrangeiro apenas escuta ao oficial), temos dois personagens um tanto cômicos, um soldado e um condenado. Essas duas duplas são opostas: os de patente superior falam em francês, os de patente inferior falam apenas a língua local e ficam, portanto, durante quase toda a narrativa excluídos da comunicação. O par de alta patente tende ao trágico, o outro tende ao cômico e ao grotesco e pode ser aproximado a duplas cômicas como “O gordo e o magro” (posteriores a Kafka), a comediantes como Buster Keaton e Charlie Chaplin (contemporâneos a ele) ou a personagens de peças (posteriores no tempo, é claro) de Samuel Beckett.

A fala do oficial que domina o texto é a apresentação entusiástica de “um aparelho peculiar”, como lemos logo na primeira frase da narrativa. Esse aparelho, ele diz, consiste em três partes: 1) uma cama, 2) um desenhador e 3) um rastelo. Do mesmo modo podemos dizer que o texto de Kafka possui três partes: 1) a apresentação do aparelho (durante a qual ele utiliza apenas o termo “aparelho” para tratar do dispositivo), 2) o aparelho posto em marcha, que se transforma em uma “máquina”, e 3) ocorre uma virada e temos o autossacrifício do oficial junto com seu dispositivo. O trecho final, com o qual Kafka não se sentia totalmente satisfeito, tem a função de um apêndice.

Até o que denominei aqui de apêndice, a narrativa se dá toda em torno do aparelho-máquina que, logo sabemos, é um dispositivo que concentra em si a capacidade de torturar, inscrever no condenado a lei que ele infringiu e, por fim, executá-lo. Essa execução é apresentada como uma espécie de “redenção”, “transfiguração” e “compreensão”.

É importante tentar destrinchar os fatos apresentados ao longo da narrativa. Nessa ilha sulina (que pode estar na Ásia, pois temos nela uma

casa de chá, mas também poderia ser uma colônia inglesa em qualquer parte do hemisfério sul) ocorreu há pouco tempo uma importante mudança política. O antigo comandante, que tinha criado o dispositivo de execução, morreu e foi substituído por um comandante aparentemente avesso às práticas violentas associadas a esse procedimento. Ele, e seu círculo de damas compassivas, querem acabar com essa prática, sendo que, se o oficial não é o único que se mantém adepto dela, com certeza é o único com coragem de defendê-la. O “viajante explorador” francês tem um papel nos planos do novo comandante: este lhe solicitou assistir ao funcionamento do dispositivo em disputa, para que desse sua opinião esclarecida sobre o uso de tal procedimento bárbaro.

Estamos, portanto, diante de uma narrativa que apresenta a virada de uma situação anterior à instauração de um direito moderno, marcado pelo respeito ao direito de defesa, ao *habeas corpus* e à presunção de inocência, no qual juízes, persecutores e executores não se confundem mais em uma mesma pessoa. Passar-se-ia do modelo das Fúrias, que faziam “justiça” com as próprias mãos, ao direito instituído. Teríamos, portanto, uma espécie de tradução moderna da *Eumênides* de Ésquilo. Essa tragédia, vale lembrar, encena o que teria sido o primeiro julgamento de um humano, Orestes, por um tribunal, com direito a advogados, testemunhas e defesa. Como costuma acontecer em Kafka, gêneros e modelos antigos são reaproveitados, mas sempre sofrem deslocamentos tremendos nessa tradução para o presente. Em Ésquilo, o pano de fundo era mítico e sua peça continha um largo elogio à deusa Palas Atena (que dá seu voto de Minerva) e às novas instituições jurídicas atenienses. Digno de nota é que Atena, para pacificar as Fúrias, desapontadas com a perda do caso (já que advogavam em nome de Clitemnestra, a mãe assassinada pelo filho, Orestes), convida-as para sentarem-se ao lado de seu trono no Olimpo. Ou seja, Atena reconhece que a lei só funciona se associada à violência. A narrativa de Kafka vai levar às últimas consequências esse modelo antigo do direito em sua aliança com a violência.

O que Kafka faz com essa encenação da superação da *lei de talião* primitiva pelo banimento do dispositivo e de toda a violência a ele ligada? A aparente apresentação dessa virada moderna e da introdução de “direitos humanos” nessa ilha sulina está, por assim dizer, plena de buracos que não deixam os “direitos humanos” ficarem em pé nesse sul cheio de sol. As ambiguidades se amontoam ao longo do texto. Primeiramente, porque ele

tende à dispersão, ao acúmulo de significados conflitantes. Temos a impressão que um magma ferve sob a narrativa, que vai se tornando cada vez mais inflamada até explodir.

Assim como o dispositivo de justiça tem três partes e a narrativa tem três momentos, também podemos dizer que três camadas predominantes de sentido se alternam, se abraçam e disputam espaço no texto. Se aparentemente temos um texto 1) sobre leis e procedimentos penais (primeiro nível de leitura), temos também 2) uma constante contaminação do dispositivo pela própria literatura (segundo nível de leitura). Ou seja: o dispositivo também é, além de aparelho ou máquina jurídica (incluindo aí uma função de máquina de executar, de redimir e de fazer “justiça”), uma máquina de escrever (já que literalmente escreve nas costas do condenado a lei por ele infringida). Por fim, também estamos diante de 3) uma *máquina sexual*, com sua cama, vibração e instrumentos de penetração, além do próprio fetichismo da máquina expresso pelo oficial – que, ao fim e ao cabo, se entrega nu a ela. Exploremos melhor esses três níveis de leitura.

### *A máquina jurídica quebrada*

Para nossa surpresa – ou talvez nem tanto –, também a teoria do direito postula três critérios de valoração das regras jurídicas. Como escreve Norberto Bobbio em sua *Teoria da norma jurídica*, “toda norma jurídica pode ser submetida a três valorações distintas”, a saber, se ela é 1) justa ou injusta; 2) se é válida ou não e 3) se é eficaz ou não. Saber se é justa ou não implica saber se a norma corresponde aos ideais de justiça que seriam os “valores últimos ou finais” por detrás de todo ordenamento jurídico. No caso da colônia penal, as normas que são seguidas pelo oficial foram estabelecidas pelo antigo comandante e correspondiam, portanto, a um universo de ideais considerados ultrapassados na narrativa. Assim, o viajante estrangeiro, diante do procedimento de execução, reflete: “Não havia dúvida quanto à injustiça do processo e à desumanidade da execução”. Já a validade de uma norma jurídica é garantida para além de qualquer juízo de valor, sendo que aqui interessam três elementos: a) averiguar se a autoridade tinha o poder legítimo para dela emanar a norma (originalmente, ao que tudo indica, tinha); b) analisar se não caiu em desuso (o poder autorizado pode ter sido superado, o que é o caso na narrativa kafkiana); e c) averiguar a compatibilidade, ou não, com outras normas (não vem ao caso na narrativa de Kafka, pois as leis do antigo comandante se confundiam com suas ordens

e desejos). Já a eficácia, recorda o filósofo Norberto Bobbio, depende de averiguar se as leis são seguidas e, em caso negativo, se existe coação no sentido de seu cumprimento. Ou seja, a teoria da norma jurídica, como na *Eumênides*, reconhece que o aparato jurídico depende da violência para existir. Nesse ponto, o que está em questão na narrativa de Kafka é a quantidade e o tipo de violência a ser aplicada, mas não a violência em si. Seguindo Bobbio, poderíamos dizer que o ordenamento jurídico baseado no dispositivo parece ser injusto no momento da visita do francês, não válido, mas eficaz, como as leis de escravidão ou racistas eram válidas e eficazes em muitos lugares, sem serem justas. O direito é um corpo frio. Mas, justamente por ter perdido a validade, a eficácia final que a máquina jurídica apresenta em Kafka se revelará na sua capacidade de descartar aquele que tentou dar continuidade a um ordenamento jurídico inválido.

A ausência de autoridade do pai do dispositivo também é destacada pelo fato de aquele antigo comandante acumular indevidamente várias funções: “Era soldado, juiz, construtor, químico, projetista”. Essa figura autoritária – como os fascistas que vicejam no aparato jurídico costumam ser, acumulando também a função de juiz inquiridor e executor –, que também estava no topo do poder, escreveu, ou melhor, desenhou a sentença do condenado: “Honre seus superiores!”. O ato de escrever essa sentença nas costas do condenado significa tanto um desejo de fazer fundir para sempre o condenado com a lei que supostamente infringiu (trata-se de uma justiça que descarta a redenção sobre a Terra para esses “criminosos”), como também uma prática que remonta a regimes escravocratas que tratavam os escravos como coisas a serem identificadas e marcadas, o que voltou a acontecer nos campos de concentração nazistas. Não devemos esquecer que, no Antigo Testamento, a inscrição sobre a pele é considerada uma infração das ordens divinas (Levítico, 19:28). É importante ler em alemão a sentença com a lei infringida: “Ehre deinen Vorgesetzten!”. A tradução é sem dúvidas “Honre seus superiores!”, mas encontramos aqui o termo “Vorgesetzter”, chefe, superior, que é formado com o prefixo “vor” e o termo “setzer”, derivado do verbo por “setzen”. Ocorre que lei em alemão é “Gesetz”, literalmente, aquilo que foi posto. Portanto essa lei infringida pode ser lida, entre as linhas e palavras, como “honre aquele que vem antes da lei”, ou seja, honre aquele de quem a lei derivou. Mas também precisamos lembrar que Kafka, nesse momento, estava às voltas com a escrita de *O processo*, e que nesse romance existe uma conhecida passagem, intitulada “Diante da lei” (“Vor dem

Gesetz”), que o autor tratava de modo autônomo. O filósofo Jacques Derrida mostrou que esse título remete também a uma ideia de “antes da lei”. Essa famosa parábola, do camponês que se dirige à cidade para tentar adentrar os portões da lei, mas morre fora dela, sem atingi-la, também apresenta um dispositivo jurídico que, a seu modo, é mortal, pois, se não executa diretamente, como ocorre em *Na colônia penal* e no próprio *O processo*, ele associa morte e lei. Nesse desvio do superior para o “antes da lei”, passa-se da instituição a uma pessoa de carne e osso. A face demasiado humana da lei se explicita. Como escreveu o jurista alemão Carl Schmitt em 1934, estamos diante do “Der Führer schützt das Recht”, “O Führer protege o direito”, lema que imperou sob o Terceiro Reich, mas que, para autores como Walter Benjamin e Kafka, no limite, vale para pensar o direito como um todo. Deixemos as coisas claras: Schmitt era um entusiasta desse personalismo do direito, já Kafka e Benjamin tentavam desconstruir, com seus textos, esse aparelho violento. Neles, a lei é desvelada como comando, como meio de afirmação do poder. Daí esse processo narrado em *Na colônia penal* ser pontuado por arbitrariedades: o oficial decide tudo em um tempo excepcional (em apenas uma hora de processo a execução é decretada), o condenado não tem direito a defesa e em nenhum momento fica sabendo qual infração cometeu (ele terá uma iluminação orgânica, pois a conhecerá por meio da dor corpórea, como num martírio, a lei sendo inscrita em sua carne e se traduzindo na sua mente em uma intuição mística).

Muito já se observou sobre a semelhança desse procedimento e aquele descrito por Michel Foucault em *Vigiar e punir*, livro que fala das punições públicas rodeadas de expectadores (como eram as operações dessa máquina, nos tempos do antigo comandante) anteriores à Revolução Francesa (e não por acaso temos um francês na narrativa de Kafka):

O suplício faz parte do procedimento que estabelece a realidade do que é punido. Mas não é só: a atrocidade de um crime é também a violência do desafio lançado ao soberano: é o que vai provocar da parte dele uma réplica que tem por função ir mais longe que essa atrocidade, dominá-la, vencê-la por um processo que a anula. A atrocidade que paira sobre o suplício desempenha portanto um duplo papel: sendo princípio da comunicação do crime com a pena, ela é por outro lado a exasperação do castigo em relação ao crime. Realiza ao mesmo tempo a ostentação da verdade e do poder; é o ritual do inquérito que termina e da cerimônia na qual triunfa o soberano. E ela os une no corpo do suplicado.

Ou seja, o suplício realiza a “articulação do escrito com o oral”, do inquérito com a confissão. O corpo se torna o ponto de ação do poder, segundo a leitura de Foucault. Local de encontro também entre a verdade e o

poder; não por acaso, Kafka afirma que, no suplício, o condenado “compreende” sua pena. Mas Kafka não faz uma simples descrição desse procedimento posteriormente estudado por Foucault, o suplício público pré-revolução. Não podemos esquecer que na cena kafkiana, por assim dizer, o “rei”, “soberano”, está morto. Temos uma espécie de aparelho que funciona em moto-contínuo, por inércia, mas cuja origem, aquilo que, nas palavras de Bobbio, daria validade a esse aparato jurídico, não existe mais. Na paisagem das obras de Kafka, os reis ou estão morrendo ou já não existem mais – ele que viveu o final do “grandioso” Império Austro-Húngaro.

Ao deslocar esse teatro jurídico para uma ilha nos trópicos, o autor, com essa poderosa imagem do aparelho jurídico que se transforma em pura máquina de execução, lança uma luz provocadora sobre as sutis diferenças entre a situação pré e pós-Revolução. Afinal, o viajante francês não se identifica com o pobre coitado que está em vias de ser executado e tampouco se apiedará do oficial. Ele se coloca como alguém de fora, e pensa que “viajava apenas com a intenção de acompanhar e não, de forma alguma, alterar o poder judiciário alheio”. Não existe local para a compaixão: “o condenado não era seu conhecido, nem compatriota, tampouco uma pessoa que provocasse compaixão”. Só temos compromisso ético para com os nossos compatriotas... Pelo contrário, o viajante se mostra fascinado pelo procedimento e pensa: “as coisas ali se mostravam bastante tentadoras”. Se na ordem anterior “a sociedade organizava-se ao redor da máquina”, e se “a nova orientação, leniente, é de outra opinião”, nem por conta disso o novo comandante deixa de ser o soberano de quem emanam as novas leis. A execução em si não é condenada, apenas seu meio, o dispositivo. Mas como escreveu Benjamin poucos anos depois de Kafka, o direito se alimenta e se fortalece desse poder decisório sobre a vida e a morte. Aqui Benjamin detecta “um elemento de podridão dentro do direito”. O oficial se preocupa com o conflito entre o modelo da ordem jurídica daquela ilha meridional e o modelo Ocidental, representado pelo francês e que o novo comandante parece admirar também. A narrativa é uma tentativa frustrada de argumentação e convencimento na qual dois modelos são confrontados, mas apenas um é apresentado em detalhe. Por outro lado, em se tratando de uma colônia penal associada a uma metrópole, provavelmente europeia, os limites entre “Ocidente” e “sul” ficam embaçados. O leitor é o tempo todo empurrado para se identificar com o estrangeiro, o que nos deixa numa posição de *voyeurs* carregada de tensões que não se resolvem.

## *A máquina de escrever enigmas*

Como observei, o texto tem uma estrutura que lembra as partes da tragédia em sua descrição aristotélica: a máquina faz seu trabalho em doze horas (o que remete, de certo modo, à prescrição aristotélica de unidade temporal restrita a “uma revolução do sol”) e a sexta hora é descrita como o momento de virada (peripécia) na execução. Além disso, existe uma clara virada na narrativa quando, após ficar claro que o viajante não iria auxiliar o oficial, lemos: “O oficial permaneceu mudo e virou-se para a máquina”. A peripécia, a virada trágica, ocorre muitas vezes justamente com um gesto semelhante de emudecimento. Pouco depois, marca-se novamente esse momento: “O condenado pareceu particularmente assolado pela intuição de alguma grande reviravolta”. Mas essa aproximação com o modelo trágico se dá de modo irônico: evidentemente a narrativa não é uma tragédia, e Kafka recusaria a ideia de tentar fazer uma tragédia seguindo o modelo clássico. Ele antes recupera fragmentos desse poderoso dispositivo literário para a sua obra.<sup>1</sup>

Em determinado momento, o oficial denomina o dispositivo de o “Lebenswerk” do antigo comandante, ou seja, a obra de uma vida, como se faz referência também à obra-prima de um escritor. Como vimos, o dispositivo, ora aparelho, ora máquina, escreve nas costas dos condenados textos que se aproximam de desenhos. Enfatiza-se muito o elemento não decifrável dessa escrita jurídica, mais próxima daquilo que acontece em textos literários, carregados de imagens, de alusões disparatadas e de alegorismos misteriosos – como o próprio texto kafkiano. A autorreferencialidade é total aqui. Busca-se a distância hermenêutica correta para que o francês possa decifrar a escritura-desenho, mas em vão: não há distância correta, porque quer se encenar a existência de uma ruptura epistemológica, de uma fratura, duas epistemes se confrontando. Na verdade, o que se dá é a falência do momento hermenêutico, interpretativo, da leitura.

Como explica o oficial: “a própria escrita deve ser rodeada por muitos, muitos floreios [*Zieraten*]; a escrita real cinge o corpo apenas em uma faixa estreita, o restante do corpo fica para os ornamentos”. Esses “ornamentos” e “enfeites” remetem tanto à poesia, como ao conceito estético. Vale lembrar que aqui Kafka se alia mais uma vez à crítica do Iluminismo. O filósofo Immanuel Kant, em sua terceira crítica, tratou dos *parerga* (*Zieraten*) como uma espécie de moldura do belo que não poderia reivindicar atrativos

próprios, caso contrário eles se transformariam em adornos (*Schmuck*) e destruiriam a beleza. Os românticos, com sua valorização do elemento ativo da poesia, desprezaram essa hierarquia kantiana: nas obras românticas por excelência, não poderíamos traçar de modo claro e “limpo” as fronteiras entre obra (*ergon*) e ornamento (*parergon*). Assim, abandona-se também o culto do belo e do clássico que sustentou o nascimento da disciplina Estética. A ironia kafkiana está em associar a essa maquinaria jurídica brilhante, com glamour erótico-tecnológico, essa escrita indecifrável que é todo o oposto da escrita jurídica que se quer imediata, sem floreios, compreensível de modo claro. Como quando o oficial afirma: “a culpa é sempre indubitável”! O direito quer uma linguagem domada e controlada: Kafka apresenta a linguagem como um pântano de onde brotam violências míticas que tendem a se repetir eternamente. A incompreensão se dá, de modo geral, como resultado da “escrita suja” de Kafka, que embaralha, em seus textos, diários, narrativas, contos, novelas etc. A incapacidade de decifrar é programática, ele faz disparar o ímpeto hermenêutico no leitor, que passa a interpretar tudo sem chão. Esse agulhão hermenêutico é ainda mais atizado – e sabotado – na medida em que os textos tendem a imagens em Kafka. E essa tendência da escrita à imagem é coroada no apêndice, quando se transforma em escrita tumular, novamente confluindo escritura e morte. Essa escrita não é mais do que a promessa do retorno do antigo comandante, ou seja, o “estado de exceção” pode voltar a qualquer momento, mesmo porque o atual comandante encontra-se ocupado demais com seu círculo feminino dócil...

As narrativas de Kafka estão marcadas pelo peso de suas imagens, seja o inseto de *A metamorfose*, seja o dispositivo, desta novela. Sem contar que essa escrita também tende para o “aquém da lei”, no sentido de que aponta para o abjeto, o elemento pré-simbólico sobre o qual se inscreve o simbólico estudado pela filósofa Julia Kristeva. Esse asqueroso aparece nessa narrativa sob a forma do sangue, do cadáver, de feltros com vômito e mesmo da figura “canina” do condenado, aliás, um autêntico representante do *homo sacer*, ou seja, da figura jurídica do ser matável cujo assassinato não implica nem sacrifício, nem culpa. Aqui a máquina de escrever encontra a maquinaria jurídica quebrada.

### *A máquina sexual mortal*

Nada mais evidente nesta narrativa do que a admiração fetichista do oficial por seu poderoso “aparelho peculiar”. O ato de deitar a vítima nua de braços

sobre uma cama que vibra, para em seguida amarrá-la com tiras de couro e fazer descer sobre ela um dispositivo que a penetra é uma imagem que me parece bastante clara:

Quando o homem é posto na cama, e ela começar a tremer, o rastelo é baixado até o corpo. Ele se posiciona sozinho de tal forma que toca o corpo apenas com as pontas; quando o posicionamento termina, este cabo de aço imediatamente se tenciona como uma barra. E aí começa o funcionamento.

Não por acaso se aproximou esse aspecto da escrita de Kafka à do escritor austríaco Sacher-Masoch, marcada pela profusão de imagens, de descrições, de alusões a sentidos ocultos e obscenos. A própria relação dos dois pares na narrativa é carregada de traços de relação homoerótica. Além disso, o momento final, quando o oficial sacrifica seu próprio corpo ao aparelho de seu venerado ex-comandante, não deixa de apresentar uma paradoxal “volta ao útero”, só que não da mãe, mas de seu pai simbólico morto. As mulheres entram na narrativa apenas como veneradoras e bajuladoras de homens poderosos. De resto, na colônia penal, ao que tudo indica, elas não têm muito lugar nos jogos masculinos de sedução e poder. Esses homens sentem-se atraídos entre si ou, como o oficial, também por aparelhos técnicos brilhantes e penetrantes.

Para concluir, vale acentuar que existe também uma máquina de *desterritorialização* atuando neste, como em muitos outros textos de Kafka. Essa ilha *distópica* é também a construção literária de uma heterotopia que serve de arquivo para uma série de “pastas” da cultura contemporânea a Kafka. Sobretudo o arquivo jurídico, novamente, como em “Diante da Lei”, no romance *O processo*, ou na pequena narrativa “Sobre a questão das leis” (“Zur Frage der Gesetze”) é tensionado. Não se trata de acreditar que Kafka, como um suposto discípulo dos Iluministas e Humanistas, acreditaria que essa ilha é um local exótico, um avesso do Ocidente, local onde as ideias estariam ordenadas e em seu lugar próprio. Antes, ele desconstrói a ideia de propriedade e de pureza da origem. Ao sobrepor em uma máquina uma reflexão sobre o jurídico, o político, a literatura e o corpo, ele estava, a seu modo, também elaborando a gigantesca violência que o cercava na época, com a explosão da Primeira Guerra Mundial. Não por acaso, o autor não encontrou um final que lhe parecesse satisfatório para a narrativa. A sua situação existencial era mesmo sem saída – a não ser, via literatura.

**MÁRCIO SELIGMANN-SILVA** é professor titular de Teoria Literária na UNICAMP, doutor pela Universidade Livre de Berlim e pós-doutor por Yale.

1 O biógrafo de Kafka, Peter-André Alt, recorda algumas obras que podem tê-lo inspirado diretamente na composição dessa narrativa: Robert Heindl, *Meine Reise nach den Strafkolonien*, 1913 (*Minha viagem às colônias penais*), que descreve prisões na Austrália, China e Nova Caledônia; Octave Mirbeau, *Le jardin des supplices*, 1899 (*O jardim dos suplícios*), admirado por Kafka; Norbert Jacques, *Südsee*, 1914, (*Mar do sul*), que descreve a viagem de oficiais alemães pelo Pacífico. Hans Groß, que foi professor de direito penal de Kafka em 1903 e 1904, publicou em 1909 um artigo acerca da evidência jurídica da prática de deportações focado no caso Dreyfus e em seu banimento para a Ilha do Diabo, na Guiana Francesa.

## *Referências bibliográficas*

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALT, Peter-André. *Franz Kafka. Der ewige Sohn. Eine Biographie*. München: C.H. Beck, 2005.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BENJAMIN, Walter. “Zur Kritik der Gewalt”. In: *Gesammelte Schriften*. Org. R. Tiedemann und H. Schweppenhäuser, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, vol. II: Aufsätze, Essays, Vorträge, 1974, pp. 179-203.
- BENJAMIN, Walter. “Crítica da violência. Crítica do poder”. Trad. Willi Bolle. In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. Org. W. Bolle. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1986. pp. 160-175.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Trad. Ariani Bueno Sudatti e F. Baptista. 4. ed. revista. São Paulo: Edipro, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. R. Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DERRIDA, Jacques. “Préjugés. Devant la loi”. In: J. Derrida *et al.* (Org.). *La faculté de juger*. Paris, 1985, pp. 87-139.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Antônio Marques e Valério Rohden. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- KRISTEVA, Julia. *Pouvoirs de l’horreur. Essai sur l’abjection*. Paris: Seuil, 1980.
- VOGL, Joseph. *Ort der Gewalt. Kafkas literarische Ethik*. Zürich: Diaphanes, 2010.

*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)*

André Queiroz – CRB 4/2242

K11c

Kafka, Franz, 1883 — 1924

Na colônia penal / Franz Kafka; ilustrações de Lourenço Mutarelli; tradução de Petê Rissatti.

Rio de Janeiro: Editora Antofágica, 2020.

216p.: il; 12x17 cm

Título original: In der Strafkolonie.

ISBN 978-65-80210-12-1

1. Literatura Alemã.

I. Mutarelli, Lourenço.

II. Rissatti, Petê. III. Título.

CDU 830

1<sup>a</sup> edição

*Todos os direitos desta edição reservados à*

Antofágica

[prefeitura@antofagica.com.br](mailto:prefeitura@antofagica.com.br)

[facebook.com/antofagica](https://facebook.com/antofagica)

[instagram.com/antofagica](https://instagram.com/antofagica)

Rio de Janeiro — RJ

PARE DE ENCARAR A MÁQUINA, LEITOR. MARCHE PARA  
ANTOFÁGICA.

*Esta edição foi transcrita das anotações do antigo comandante em Caslon Pro e Domain e impressa em papel Pólen 80g pela Ipsis Gráfica em março de 2020.*

# Table of Contents

[FOLHA DE ROSTO](#)

[APRESENTAÇÃO](#)

[SUMÁRIO](#)

[INICIAR A LEITURA](#)

[O PROCESSO CIVILIZADOR NA ESTRANHA ILHA DA BARBÁRIE](#)

[O MUNDO DOS FATOS POR TRÁS DA NARRATIVA NA COLÔNIA](#)

[PENAL](#)

[AS MÁQUINAS JURÍDICA, LITERÁRIA E SEXUAL EM NA COLÔNIA](#)

[PENAL DE KAFKA](#)

[Referências bibliográficas](#)

[PÁGINA DE DIREITOS AUTORAIS](#)

[PARE DE ENCARAR...](#)

[Esta edição foi transcrita...](#)